

Fundação Getúlio Vargas

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais

Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais

Guia de Preservação & Segurança Biblioteca Nacional Brasil

MESTRANDO: Jayme Spinelli Junior

ORIENTADORA: Profa. Dra. Letícia Borges Nedel

CO-ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Luisa Soares

Rio de Janeiro, Março de 2009.

Jayme

Guia de preservação & segurança da
Biblioteca Nacional / Jayme Spinelli Junior.
Rio de Janeiro : FGV, 2009.

99 f.

Orientadora: Letícia Borges Nedel
Dissertação – Mestrado Profissional
em Bens Culturais e Projetos Sociais
(Fundação Getúlio Vargas – CPDOC)

1. Livros – Conservação e Restauração
2. Papel – Conservação e Restauração
3. Bibliotecas – Medidas de Segurança

I. Nedel, Letícia Borges II Centro de
Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea do Brasil. Programa de
Pós-Graduação em História, Política e
Bens Culturais III. Título.

CDD 22. ed-025-84



Fundação Getúlio Vargas
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.
Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais
Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais

Professora Orientadora Acadêmica

Profa. Dra. Letícia Borges Nedel

Nome do Autor

Jayme Spinelli Junior

Título

Guia de Preservação e Segurança
da Biblioteca Nacional
Brasil.

Trabalho de conclusão de curso ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Rio de Janeiro, Março 2009



Fundação Getúlio Vargas
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.
Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais
Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais

TÍTULO

**GUIA DE PRESERVAÇÃO E SEGURANÇA
DA BIBLIOTECA NACIONAL
BRASIL.**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO APRESENTADO POR
JAYME SPINELLI JUNIOR**

**E
APROVADO EM
PELA BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Letícia Borges Nedel (Orientadora)

Profa. Dra. Maria Luisa Soares (Co-Orientadora)

Profa. Dra. Ângela de Castro Gomes

Profa. Dra. Lúcia Lippi de Oliveira (Suplente)

“Todo homem, por natureza, deseja saber“

Aristóteles

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero expressar meus sinceros agradecimentos ao Presidente da Fundação Biblioteca Nacional Prof. Muniz Sodré de Araújo Cabral por seu empenho à realização desse mestrado.

A Dra. Célia Portela, Diretora Executiva da Fundação Biblioteca Nacional, que sempre prestigiou e incentivou todos os nossos trabalhos de preservação desenvolvidos e executados junto ao acervo da Biblioteca Nacional.

A Diretora do Centro de Processos Técnicos Sra. Liana Gomes Amadeo pela amizade e incentivos incessantes indispensáveis para a realização do trabalho.

A Profa. Dra. Letícia Borges Nedel, minha orientadora, por sua generosidade, paciência, confiança, valiosas críticas e sugestões a este trabalho.

A Profa. Dra. Maria Luisa Soares, minha co-orientadora, pelo seu profissionalismo e dedicação à todas as minhas questões relativas ao campo da preservação de bens culturais.

A todos os meus professores do curso de mestrado, que com seus conhecimentos e dedicação delinearam o caminho para a construção desse trabalho.

A todos os meus colegas do Centro de Conservação e Encadernação / CCE, do Laboratório de Restauração /LR - Coordenadoria de Preservação que se envolveram e enriqueceram este trabalho, com suas dicas e sugestões técnicas de grande relevância.

Ao Antônio Carlos Oliveira, Museólogo, Climatologista, MsC em Arquitetura/ UFRJ pelo grande trabalho ora em desenvolvimento a respeito da captação, controle e monitoramento da ambientação no prédio da Biblioteca Nacional.

Ao estagiário do Centro de Conservação e Encadernação CCE, estudante de Museologia da UNIRIO, Guilherme Pimenta Pinheiro, pela dedicação na execução da editoração deste Guia.

Por fim, agradeço a todos os meus colegas de todos os segmentos da Biblioteca Nacional, que de formas distintas contribuíram para a confecção deste trabalho.

Dedico este Guia a Jayme Antonio Pasin Spinelli e Margarida Maria Rodrigues Spinelli, meus pais (*in memoriam*) e aos meus irmãos e sobrinhos, parceiros de vida e conhecimentos.

Sumário

Introdução	Pág. 1
• Capítulo 1	Pág. 9
A Biblioteca Nacional	
- A formação das coleções	Pág. 33
• Capítulo 2	Pág. 40
A Preservação	
- Referencial Histórico	Pág. 40
- Uma breve história do papel	Pág. 48
- A conservação preventiva e a reparadora	Pág. 54
- A restauração	Pág. 58
• Capítulo 3	Pág. 61
A Segurança	
- A avaliação de riscos	Pág. 62
- Recomendações para prevenção de riscos em área de trabalhos	Pág. 68
- O gerenciamento de riscos	Pág. 70
- A segurança do prédio, do acervo e dos usuários	Pág. 71
- A brigada de incêndio	Pág. 83
- O planejamento para prevenção de desastres	Pág. 86
• Texto Final	Pág. 94
• Anexos	Pág. 95
• Bibliografia	Pág. 107

Resumo

Este Guia de Preservação & Segurança da Biblioteca Nacional para salvaguarda do seu acervo e do seu edifício tem por objetivo apresentar orientações, caminhos e rotas para procedimentos e atitudes relativas as questões desta natureza, importantes e vitais nesta era de tantas incertezas.

Como base toma-se o saber adquirido no campo da preservação de bens culturais e no campo da política de segurança adotada para acervos bibliográficos e documentais, para usuários e para os edifícios que os abriga.

O caráter interdisciplinar que concerne a estes campos do conhecimento sinaliza para o aprimoramento educacional da população como um todo e para nossa memória cultural. Visa a mudança do papel do homem como crítico da natureza, como agente transformador da realidade e de si próprio.

Palavras chaves: Preservação de acervos, conservação preventiva, política de segurança.

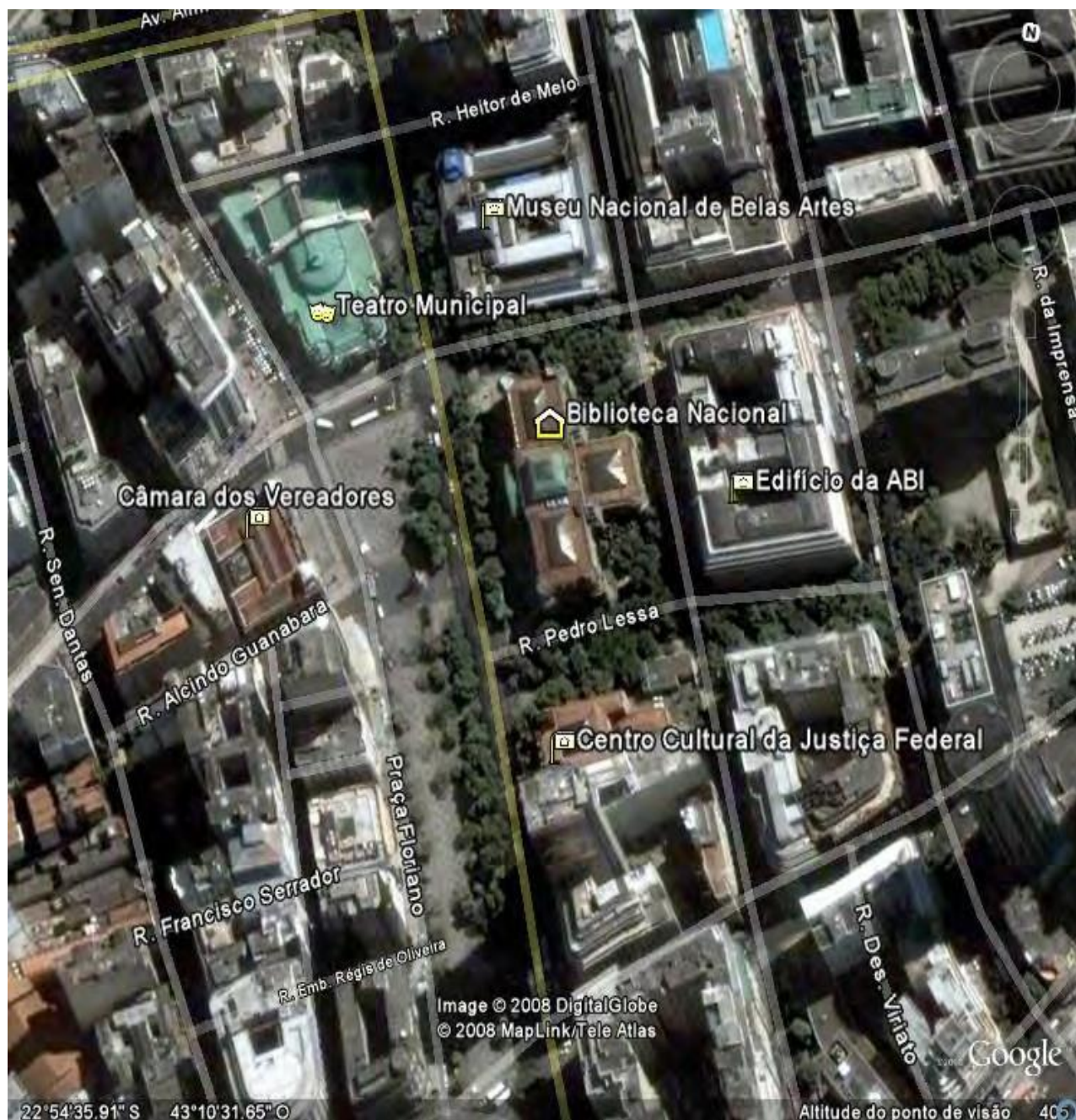
Abstract

This Guide of Preservation & Security of the National Library of Brazil to safeguard the holdings and the building aims to present guidelines, pathways and routes to procedures and attitudes towards questions of such nature, which are important and vital in an era full of uncertainties.

As a base, we consider the knowledge acquired in the field of cultural property preservation and in the field of security policy adopted for bibliographical and documental holdings, researches and the buildings that stores them.

The interdisciplinary character related to these fields of knowledge signals the educational improvement of the population as a whole and to our cultural memory. It aims at a changing in the role of man as a critic of nature, as a transforming agent of reality and of himself.

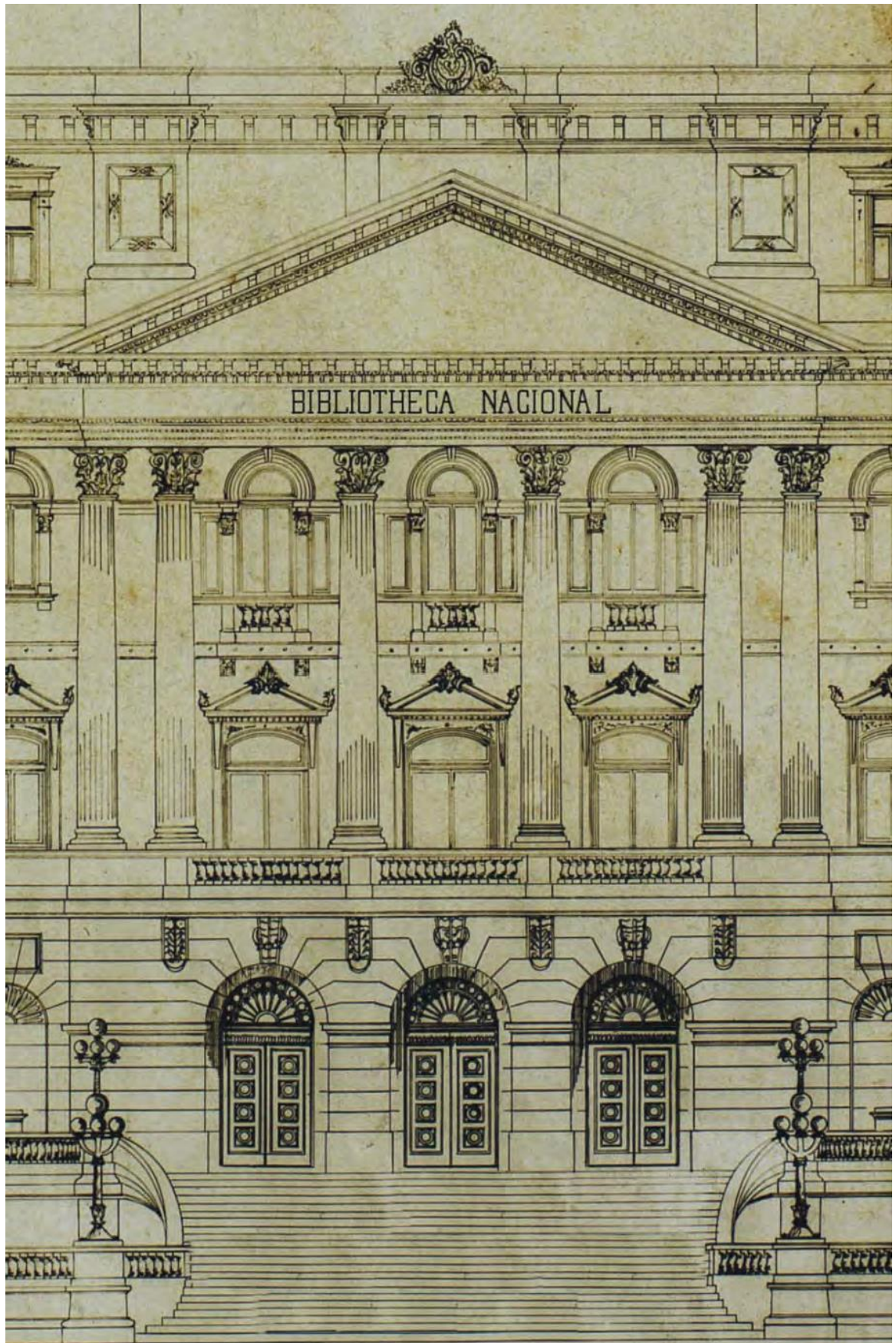
Key words: Preservation of holdings, preventive conservation, security policy.



VISÃO ESPACIAL DA BIBLIOTECA NACIONAL E SEU ENTORNO.

CENTRO – RIO DE JANEIRO - 2008

Guia de
Preservação & Segurança
Biblioteca Nacional
Brasil



Introdução

É no edifício da Biblioteca Nacional, situado na Avenida Rio Branco, em frente à Praça Floriano Peixoto, conhecida como Cinelândia, em pleno Centro do Rio de Janeiro, que podemos descobrir o que de mais significativo foi produzido na literatura mundial.

Projetado inicialmente para abrigar 400 mil volumes, hoje, acumulam-se no prédio cerca de 9 milhões de peças, entre livros, manuscritos, periódicos, gravuras, cartas cartográficas, partituras, muitas raras, outras inéditas, mas todas necessárias para se recompor a trajetória histórica e cultural do Brasil nesses mais de 500 anos de história.

Para chegar a este ponto de importância no cenário cultural brasileiro, a Biblioteca Nacional percorreu um longo caminho. O ponto de partida foi a chegada ao Brasil de D. João VI e sua Corte, no ano de 1808, com consequência da invasão de Portugal pelas tropas francesas sob o comando de Napoleão Bonaparte. Junto com a comitiva desembarcaram cerca de 60 mil peças, compostas por livros, manuscritos, estampas, mapas, moedas e medalhas, que formavam a Real Biblioteca.



Por decreto de 27 de julho de 1810, a Biblioteca Real foi acomodada inicialmente nas salas do Hospital da Ordem Terceira do Convento do Carmo, na Rua Direita, hoje Rua Primeiro de Março, nas proximidades do Paço Imperial. Um novo decreto de 29 de outubro de 1810¹ determina que nas catacumbas do Convento do Carmo, “se erija e acomode minha Real Bibliotheca e os instrumentos do gabinete de phísica e mathemática, fazendo-se à custa da Real Fazenda toda despesa conducente ao arranjo e manutenção do referido estabelecimento”.

Inicialmente, a consulta era facilitada apenas a estudiosos, mediante consentimento régio. Somente em 1814 o acervo foi franqueado ao público em geral e, desde então, paulatinamente vem incorporando grandes e importantes coleções de livros, por doações ou aquisições. Contudo, em 1821, a família real retornou a Portugal, deixando aqui a Biblioteca, agora propriedade do Império do Brasil. Após entendimentos diplomáticos que culminaram na Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade, de 29 de agosto de 1825, e “no ajuste entre o reino de Portugal e o Império brasileiro, estava incluída entre as propriedades reais deixadas no Brasil a Real Biblioteca, cujo ressarcimento de prejuízos foi compensado pelo pagamento de dois milhões de libras esterlinas, feito pelo Brasil” (*In: Anais da Biblioteca Nacional*, v. 101, p. 123-44, 1981).

Em 1822, o governo imperial determinou que fosse entregue à biblioteca um exemplar de todas as obras, folhas periódicas e volantes impressos na Tipografia Nacional. Com o tempo, a legislação aperfeiçoou-se e, em 1907 o Presidente Afonso Augusto Moreira Pena promulga o decreto da Contribuição Legal, até hoje em vigor, sob a forma da Lei nº 10.994 de 14 de dezembro de 2004, editada pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, obrigando o envio à instituição de um exemplar de toda obra editada no Brasil. Esse decreto foi decisivo para o enriquecimento do acervo e para a ratificação do status nacional ostentado pela Biblioteca, que passou a operar,

¹ A data de 29 de outubro de 1810 é considerada a oficial para a fundação da Biblioteca Nacional.

desde então, como centro nacional de permuta bibliográfica, nos âmbitos interno e externo.

Em 1855, a biblioteca foi transferida para a Rua do Passeio e instalada no prédio que, hoje, com algumas modificações, abriga a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O acervo continuou a crescer em progressão geométrica e as negociações para a construção de uma nova sede ficaram na ordem do dia. Neste momento a cidade do Rio de Janeiro assistia à gigantesca reforma imposta pelo, então, prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906). Com esta reforma, o novo prédio para abrigar a Biblioteca Nacional teve sua pedra fundamental lançada em 1905, já na imponente Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco.

A preocupação com a conservação do acervo e com a segurança já se faziam presentes na edificação do novo edifício. Na construção foram adotadas estruturas de aço para suportar o peso de milhares de livros, bem como estantes de metal na montagem das estanterias dos chamados armazéns de livros, com a intenção de proteger o acervo contra uma possível infestação de insetos e de algum sinistro.

O elegante prédio foi construído em estilo eclético, no qual se notam elementos entremeados entre o neoclássico e o *art nouveau*. O projeto, que foi assinado pelo engenheiro militar Francisco Marcelino de Souza Aguiar, apresenta suas instalações configuradas dentro de todas as exigências técnicas da época, como pisos de vidro nos andares dos armazéns de livros, armações e estantes de metal, amplos salões e tubos pneumáticos para transporte dos livros dos armazéns para os salões de leitura e pesquisa.

O prédio apresenta-se ainda como uma coleção de requintes arquitetônicos que denunciam a influência francesa em seu projeto. No centro da fachada principal

salienta-se o pórtico, com seis colunas coríntias que sustentam o frontão ornamentado por um grupo em bronze, do qual emergem alegorias da imprensa, bibliografia, paleografia, cartografia, iconografia e numismática. Do lado direito da portada, uma estátua de bronze representa a inteligência, e outra, à esquerda, simboliza o estudo.

O refinamento da construção fica ainda mais evidente no seu interior. O saguão principal revela um conjunto de preciosidades. A luxuosa escadaria de honra, com piso de mármore forrado por tapete vermelho, domina as atenções.

No acesso ao terceiro andar, um busto em mármore, datado de 1814, homenageia D. João VI. Os gradis de proteção, dessa e das demais escadas internas, são trabalhados em bronze, com tratamento de pátina preta. Os corrimãos, em latão dourado polido.



Saguão principal visto do 3º andar do prédio da Biblioteca Nacional.

Do saguão ainda tem-se uma visão generosa de todo o exuberante interior do edifício. Destacam-se os delicados ornatos em estuque, os balcões, as cariátides em gesso postadas na cúpula central, as janelas com vidros gravados, a clarabóia com vitral colorido. Outras três clarabóias semelhantes localizam-se sobre os imensos armazéns de obras gerais e de periódicos, exatamente dos lados esquerdo e direito do prédio, e também sobre a seção de obras raras.

A arte está presente em outros ambientes da edificação, como no terceiro andar, decorado com painéis de Rodolfo Amoedo (1857-1941) e Modesto Brocos (1852-1936), e no quarto andar, onde se destacam dois painéis de Henrique Bernardelli (1857-1936) e ainda outros painéis assinados por Eliseu Visconti (1866-1944).

Apesar da beleza arquitetônica de seu prédio e de sua grande história, é em seu monumental, rico e único acervo que a Biblioteca Nacional estabelece seu prestígio. Este patrimônio, generoso não apenas em quantidade, como nos revelam suas lotadas estantes de metal dos armazéns de obras gerais e de periódicos, mas, sobretudo, em qualidade, como por exemplo, nas coleções de livros que compõem a seção de Obras Raras. Ali encontramos a valiosa primeira edição de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões (1572), como também a rara bíblia de Mogúncia, primeira obra impressa a conter informações como data (1462), lugar de impressão e os nomes dos impressores, os alemães Johann Fust e Peter Schoffer, ex sócios de Gutemberg.

A seção de Manuscritos é possuidora de uma preciosa coleção de documentos, em sua grande maioria reportando aos episódios da história brasileira, porém, também destacando relíquias estrangeiras, como um volume em pergaminho do século XI, com textos em grego sobre os quatro evangelhos.

A seção de Cartografia possui peças de expressivo valor artístico e histórico, como, por exemplo, o mapa de Cláudio Ptolomeu (1486), que abrange o mundo conhecido no século XV (Europa, África e Ásia) e descreve o Oceano Índico como um mar fechado, seguindo a teoria ptolomaica de que ao sul do continente africano os oceanos não estabeleciam qualquer ligação. E também o planisfério de Sebastian Münster, de 1552, a que pertence a obra *Cosmographia Universalis*.

A seção de Iconografia guarda hoje coleções de gravuras da mais alta importância, como a de Albrecht Dürer (1471-1528), os desenhos italianos, com

peças em sanguínea que vão do século XV ao XVIII, as gravuras de Jacques Callot (1592-1635), a grande coleção de Giovanni Battista Piranesi (1720-1778), *Los Desastres de la Guerra*, de Don Francisco Goya (1746-1828), os estudos de Eliseu Visconti (1866-1944) e as aquarelas de Modesto Brocos (1852-1936), apenas para citar alguns autores. É também considerada uma espécie de sala-museu, onde está concentrada a grande maioria dos mobiliários originais existentes na biblioteca, desde a época de sua inauguração.

Apesar das proporções de seu edifício, a biblioteca viu-se na contingência de transferir parte de seu acervo para além de seus próprios limites. O prédio do Palácio da Cultura, na Rua da Imprensa, no Centro da cidade, abriga no terceiro andar a seção de Música e Arquivo Sonoro, uma das mais conhecidas coleções de discos, partituras e obras sobre música no país. No quarto andar encontra-se a Biblioteca Euclides da Cunha (BEC), concebida com todas as características de uma biblioteca pública. E no décimo primeiro andar está o Escritório de Direitos Autorais (EDA).

Ciosa do grande valor de seu acervo, a biblioteca vem empenhando cada vez mais recursos para a preservação, conservação, restauração, reprodução e para o maior acesso possível às suas obras. Duas grandes coordenadorias, a de Preservação e a de Microrreprodução, têm a responsabilidade de elaborar e supervisionar a programação e a execução de procedimentos técnicos de microfilmagem, digitalização, preservação, conservação e restauração de seu acervo bibliográfico e documental. Ainda dentro do campo de suas responsabilidades, a biblioteca atua no panorama editorial brasileiro, na condição de Agência Brasileira do ISBN (International Standard Book Number), coordena e incentiva a aplicação do sistema internacional de numeração de livros e atribui códigos às editoras e às publicações nacionais, para efeito de divulgação e comercialização. Divulga seu acervo por meio de exposições periódicas, edita publicações avulsas, periódicas e integradas em coleções, como os Anais da Biblioteca Nacional e o Boletim Bibliográfico.

A partir do progresso científico e tecnológico desencadeado no século XIX, a rápida expansão dos limites de diversas áreas do conhecimento e de suas inúmeras relações vem contribuindo, incessantemente, para o aumento e diversidade dos suportes originais dos documentos.

De acordo com Mário Chagas o termo ‘documento’ merece atenção especial. Ainda que o seu uso corriqueiro esteja associado à ideia de fonte textual, ele tem sentido forte de informação e, como nos diz Paul Otlet, citado por Fonseca (1983, p.5), aplica-se a livros, revistas, jornais, desenhos, filmes, discos, selos, medalhas, pinturas, fotografias, esculturas, monumentos, edifícios, espécies de animais, vegetais e minerais. A origem latina do termo (*docere*) indica que o documento é aquilo que ensina alguma coisa a alguém².

Os conhecimentos adquiridos através dos tempos pelo homem a respeito da história e dos conceitos proporcionaram diretrizes de posicionamento em relação aos bens culturais, gerando importância capital: coletar, colecionar, expor, estudar, possuir e ver, revertem-se em procedimentos que nos levam à manutenção ou não das condições materiais de um determinado objeto, na mesma medida em que produzem significados de valor para esses bens.

Segundo Le Goff (1982, p. 95), “à memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos.”

Desta forma, o crescimento acelerado de informações, impressas nos mais diversos suportes, impulsionam o progresso de estudos e pesquisas que propiciam o aperfeiçoamento e a execução dos ditames da preservação – entendida como um conjunto de diretrizes e estratégias, baseadas em estudos de ordem administrativa, política e operacional, que contribuem direta e indiretamente para a permanência da

² (In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio P&A, 2003, p.144.

integridade de livros e documentos, dos usuários e do edifício que os abriga e que irão formular a grande política de salvaguarda de uma instituição.

Com a questão da preservação, colocamos a da segurança – entendida como o conjunto de elementos que formam um plano definido para impedir danos e combater os agentes prejudiciais à instituição. Compreende a proteção dos bens, dos acervos e dos usuários, tendo em vista prolongar e proteger a vida útil do monumental acervo da biblioteca para futuras gerações.

Desta forma, serão apresentados, através do *Guia de Preservação & Segurança*, caminhos e rotas de esclarecimentos sobre estas questões em pauta, nesta era repleta de inquietações.

São determinantes para o êxito desta empreitada os anos de experiência acumulada durante esta minha trajetória na Biblioteca Nacional como conservador-restaurador de bens culturais, executando e desenvolvendo atividades técnicas e gerenciais, como a chefia da Coordenadoria de Preservação que exerço desde o ano de 1998.

Será apresentado em três capítulos um corpo de procedimentos e estudos que irão possibilitar melhores escolhas e soluções para os problemas dessa natureza.

O esforço maior é feito na esperança de que futuras gerações possam abraçar estas ideias e façam destes caminhos seus pontos de partida para novas e ousadas investidas em prol da permanência do maior bem comum, que nos foi dado e que desejamos legar aos que virão: nosso patrimônio cultural.

CAPÍTULO 1

A Biblioteca Nacional

A Biblioteca Nacional do Brasil originou-se da própria história da Real Biblioteca portuguesa. Nos primórdios do século XVIII, no reinado de D. João V, já existia em Portugal uma das mais bem formadas bibliotecas de toda a Europa. Uma grande monta de seu precioso acervo origina-se da antiga Livraria de D. José I, organizada sob os auspícios do Abade de Santo Adrião de Sever, Diogo Barbosa Machado, em substituição à Real Biblioteca que, por sua vez, teve sua origem nas coleções de D. João I e seu filho D. Duarte (1391-1438), que tiveram como destino sua total destruição no dia 1º. de novembro de 1755. Este dia é, historicamente, considerado fatal para a história de Portugal. É descrito como um dia que amanheceu claro, com ar sereno e o mar calmo na cidade de Lisboa, mas que, abruptamente, torna a cidade vítima de um terremoto que, literalmente, a destrói. O incêndio que se seguiu a essa tragédia destruiu inclusive a Real Biblioteca. Segundo Schwarcz (2002, p.29), cerca de metade das casas foi arruinada, além de prédios públicos, igrejas, conventos, residências de estrangeiros, palácios de muitos reis e o próprio Palácio Real

No decorrer dos anos, ainda em Portugal, D. José I, com o auxílio do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, dá início à reconstrução e reorganização do que havia restado do incêndio, para uma nova coleção que neste momento fica sediada no Palácio Real da Ajuda.

Todos os esforços foram feitos para o enriquecimento desta nova coleção, como as aquisições de coleções preciosas, como a do Cardeal da Cunha, composta de 1.234 obras; a coleção de livros do Colégio de Todos os Santos, situado na Ilha de São Miguel, nos Açores, confiscada após a extinção da Companhia de Jesus, e grande parte da coleção da Biblioteca do Infantado, destinada à educação dos príncipes, que incluía também os manuscritos da Coroa.

O grande destaque nestas aquisições foi a da coleção do abade e bibliófilo Diogo Barbosa Machado, que contava com 4.301 obras subdivididas em 5.764 volumes, que compreendiam diversos campos do conhecimento, coleções especiais de retratos, álbuns de gravuras de temas religiosos, mapas e folhetos de origens diversas. Todos os volumes de sua propriedade traziam o *ex libris* do seu proprietário, peça de requintado acabamento artístico, gravado a buril pelo conhecido artista F. Harrewyn e um número correspondente à relação bibliográfica preparada naquela oportunidade.



Então, no ano de 1807, vítima dos acontecimentos decorrentes da política expansionista imposta a toda a Europa pelo exército francês de Napoleão Bonaparte, Portugal é invadido por tropas francesas sob o comando do general Jean-Andoche Junot. Este fato acarreta a tomada de decisão para a partida da Corte portuguesa para a colônia, o Brasil.

A rainha D. Maria I, a Louca, o príncipe regente D. João, os demais membros da família real e a maior parte da Corte se veem na contingência de fugir do cerco dos franceses para a colônia. Em 1808 a capital do Império Português é transferida de Lisboa para o Rio de Janeiro, trazendo, nesta primeira travessia, tudo que lhe foi possível encaixotar para a longa viagem oceânica em direção aos trópicos.

Com todo o material tipográfico trazido nas embarcações, não tardou a começar a funcionar no Brasil a Impressão Régia, sendo oficialmente criada em 13 de maio daquele ano. Com o passar dos anos e em um momento que se pode dizer decisivo para a história da formação da Biblioteca Nacional, foi trazida para o Brasil uma grande coleção de cerca de 60 mil peças. Entre elas, encontravam-se livros, manuscritos, mapas, gravuras, moedas e medalhas. Tudo veio acondicionado em vários caixotes que, por fim, resistiram às diversas viagens de navio que se sucederam àquele inusitado feito, dito heróico, que acabou por transformar definitivamente uma longínqua colônia em capital de uma corte européia, selando para sempre o destino de nossa cidade.

Desta referida coleção, que chegou incólume ao seu destino, faziam parte objetos de grande valor, como os chamados Livros de Horas Renascentistas, os incunábulo³, exemplos deslumbrantes das primeiras produções tiradas nos prelos da Europa, preciosidades vindas de Veneza, as bíblias de Mogúncia, berço da imprensa, a preciosa e rara coleção do bibliófilo Diogo Barbosa Machado. Como também outros tantos exemplares considerados únicos e diversos textos que traduziam grandes conhecimentos, oriundos de “todas as províncias do saber”, como registrou o Sr. Ramiz Galvão (1846-1938) no primeiro número dos *Anais da Biblioteca Nacional*, periódico criado em 1876 e que até os dias de hoje fazem parte das publicações da biblioteca.

³ Trata-se de um livro impresso nos primeiros tempos da imprensa com tipos móveis, não escrito à mão. A sua origem vem da expressão latina *in cuna*, "no berço", referindo-se assim ao berço da tipografia. Refere-se às obras impressas entre 1455, data aproximada da publicação da Bíblia de Gutenberg, até 1500. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/>.



Folha de rosto dos Annaes da Bibliotheca Nacional Volume 1, 1876.

E ressaltou ainda dizendo que veio um Portugal impresso até aquele momento, vieram as artes gráficas de Dürer e Piranesi com seus conhecimentos em fixar símbolos por meio da calcografia, a História Natural de Buffon e a grande Enciclopédia de Diderot e d'Alembert.

E é no cerne deste cenário fantástico e literato, com uma determinação e capricho incontestes, que Benjamin Franklin Ramiz Galvão, enquanto dirigente da Biblioteca Nacional (1870-1882), foi o primeiro a se empenhar em transformar a biblioteca em um centro de pesquisa e produção de pensamento.

Na gestão de Ramiz Galvão é publicado o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, uma obra pioneira e insuperável, a mais vasta, completa e exaustiva bibliografia da história e geografia do Brasil até aquele ano, produzido em tempo recorde para a comemoração do aniversário de D. Pedro II (TRIGO, 2004 p.12). Foi também responsável, entre outras benfeitorias, pela instalação da luz elétrica no prédio da biblioteca na Rua da Lapa, atual Rua do Passeio.

No decorrer do tempo aquisições são feitas, como a coleção do arquiteto José da Costa e Silva, uma rica coleção de desenhos, estampas e numerosos

originais de grandes artistas italianos, a valiosa coleção do Conde da Barca, em 1819, envolta em grande mistério junto com os herdeiros e o governo português (*Anais da Biblioteca Nacional* vol. II, 1876/77, e vol. XI, 1883/84). Em 1824 foram comprados mais de 1.590 volumes do espólio do Dr. Francisco de Melo Franco, compostos por obras de teologia, direito, ciências, artes e história. Em 1838, a biblioteca recebeu cerca de cinco mil volumes dos herdeiros de José Bonifácio de Andrade e Silva. Já em 1853 são adquiridos em leilão 2.785 livros e 1.291 documentos manuscritos do bibliófilo italiano Pedro De Angelis, uma rica coleção composta por obras sobre viagens, história em geral, fatos e estudos sobre o rio da Prata e o Uruguai, livros de filosofia, mapas, planos e plantas de diversos territórios e rios da América Meridional e grande quantidade de periódicos.

A história registra que uma das mais importantes aquisições para a Real Biblioteca feita no Brasil, foi a obra de frei José Mariano da Conceição Veloso, conhecido como Frei Veloso, grande botânico, professor e desenhista.

Dada como perdida por longos anos e depois reencontrada na própria biblioteca, foi então mandada imprimir, incluindo os onze volumes da Flora Fluminense. Seu texto foi impresso na Tipografia Nacional do Rio de Janeiro, e as estampas, em Paris, na Oficina Litográfica de Senefelder (*Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XI, 1883/84). Completando este acervo, foram remetidas de Portugal pranchas de cobre gravadas e obras impressas na extinta Oficina do Arco do Cego, em Lisboa, dirigida entre 1799 e 1801 por Frei Veloso, material este que “Sua Alteza Real houve por bem aceitar para sua Real Bibliotheca”⁴.

Então, nos anos 1820/21, D. João VI nomeia Frei Gregório e o padre Joaquim Dâmaso, com o título de “Prefeitos”, como primeiros encarregados do “arranjo e manutenção” da Real Biblioteca. Trabalhando também como

⁴ Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. Officina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego. Lisboa. *Estampas. Notícia Histórica*, por Lygia Cunha da Fonseca Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro, 1976.

ajudante da biblioteca e acumulando outras funções estava Luís Joaquim dos Santos Marrocos, que já desempenhava cargo semelhante em Portugal.

Porém, com a demora da oficialização daquela nomeação, o honroso título de Prefeito, Frei Gregório declina do cargo e volta para Portugal, enquanto o padre Dâmaso, já em 1822, recusando-se a aderir à Independência do Brasil, retorna à Europa, onde alguns anos depois vem a falecer vitimado por uma peste que assolava Lisboa.

A Biblioteca Real teve seu Prefeito, honroso título reservado a quem merecesse conduzir o destino de seus livros. Com o regimento da Biblioteca após a Independência, seu zelador passou a ter o título de bibliotecário. Era necessário institucionalizar aquela profissão de cuidar de livros e de seus leitores. Ao longo do século XIX, desenvolvem-se zelos, critérios, conhecimento bibliológico, métodos de organização de acervo e problemas. Tudo culminaria em 1915, com a inauguração de um curso específico de biblioteconomia, o primeiro no Brasil, que ela, a grande biblioteca, oferta ao país. Alguns anos depois, entre as alunas, houve uma chamada Cecília Meireles. (HERKENHOFF, 1997, p.7).

Este retorno trouxe um grande prejuízo para a biblioteca, na medida em que vários manuscritos, cerca de seis mil códices que lhe estavam confiados na época, se foram com ele e outros tantos cinco mil com o padre Damaso. Contudo e apesar de tudo a Real Biblioteca continuou no Rio de Janeiro

Primeiramente, essa rica coleção, pelo seu valor intrínseco e merecedora de cuidados especiais, foi instalada no andar superior do Hospital da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na rua Direita, hoje Rua Primeiro de Março nos arredores do Paço Imperial, mediante autorização régia. Juntamente com os livros, ficaram as coleções especiais, também foi instalado o “Gabinete dos instrumentos de physica e mathematica”, e em decorrência da necessidade de melhores instalações e organização do material, foi o espaço físico ampliado, passando a ocupar também o andar térreo.

Havendo ordenado, por decreto de 27 de Junho do presente ano, que nas casas do hospital da Ordem Terceira do Carmo, situado à minha Real Cappela, se colocassem a minha Real Biblioteca e Gabinete dos instrumentos de physica e mathematica vindos ultimamente de Lisboa e constando-me pelas últimas averiguações a que mandei proceder, que o dito edifício não tem toda a luz necessaria, nem offerece os commodos indispensáveis em hum estabelecimento desta natureza, e que no lugar que havia servido de catacumba aos Religiosos do Carmo se podia fazer huma mais própria e decente accomodação para a dita livraria: Hei por bem, revogando o mencionado Real Decreto de 27 de Junho, determinar que nas ditas catacumbas se erijam e accomode a minha Real Bibliotheca e instrumentos de physica e mathematica, fazendo-se à custa da Real Fazenda toda a despeza conducente ao arrançamento e manutenção do referido estabelecimento. O conde de Aguiar, do Conselho de Estado, Presidente do Real Erário, o tenha assim entendido e faça executar por este Decreto sómente, sem embargo de quaesquer leis, regimentos ou disposições em contrário. Palácio do Rio de Janeiro, em 29 de Outubro de 1810 – Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor⁵.



Vista do centro do Rio de Janeiro com destaque para as Catacumbas do Convento do Carmo

⁵ *Anais da Biblioteca Nacional*, 1889, p.223



Vista lateral do Convento do Carmo, 1814



Vista lateral do Convento do Carmo, 1814

Neste contexto, a bibliotecária e museóloga Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, ex-diretora do então Departamento de Referência Especializada da Biblioteca Nacional, com uma atuação continuada de mais de 40 anos, assinala:

O retorno a Lisboa, no ano de 1821, do Rei de Portugal, Brasil e Algarves, o Senhor D. João VI, e da Família Real e o fato de que logo no ano seguinte o Brasil se separa de Portugal, foram razões para os entendimentos diplomáticos que se completaram pelo tratado e Convenção Adicional de 25 de Agosto de 1825. No ajuste entre o Reino de Portugal e o Império Brasileiro, estava incluída, entre as propriedades reais deixadas no Brasil, a Real Biblioteca, cujo ressarcimento de prejuízos foi compensado pelo pagamento de dois milhões de libras esterlinas, feito pelo Brasil⁶.

⁶ In: *Anais da Biblioteca Nacional*, 1981, pp.123-44, v.11

Assim, a permanência da Real Biblioteca no Brasil não teve o caráter de um presente, como poderíamos supor, passando então a denominar-se Biblioteca Imperial e Pública da Corte. A partir de 1811, o acervo tornou-se acessível ao público, embora para isso ainda fosse necessária uma permissão especial concedida pelo Príncipe e, somente em 1814, a consulta à Biblioteca foi literalmente liberada ao público em geral. E é neste panorama de acontecimentos que se tornariam fatos históricos, e que selariam para sempre nossa trajetória enquanto sociedade, que o Brasil torna-se independente de Portugal, apresentando uma peculiaridade por ser o único país da América Latina que não precisou entrar em guerra com sua metrópole para conquistar sua independência. Conquistou-a, alcançou sua soberania tornando-se o príncipe regente Imperador da nova nação.

O governo imperial então determinou a obrigatoriedade do envio à Biblioteca de todo o material produzido pela Tipografia Nacional⁷.

Este fato foi o precursor do que hoje conhecemos como Lei do Depósito Legal, legislação que culminou no Decreto nº 1.825 de 20 de dezembro de 1907. Este foi então revogado pela Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que determinava às editoras o envio para a Biblioteca Nacional de um exemplar de cada livro publicado no Brasil. Isso levou, por conseguinte, a biblioteca a desempenhar o papel de guardiã da memória gráfica brasileira.

O crescimento do acervo da biblioteca, engrandecido também por compras e doações, foi incessante e serviu de esteio para a decisão do Governo Imperial de adquirir um prédio novo na Rua da Lapa, hoje Rua do Passeio, em frente ao bucólico e agradável Passeio Público. Hoje em dia este prédio, com algumas modificações, abriga a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁷ Sucessora da Imprensa Régia de D. João VI e antecessora da atual Imprensa Nacional, foi subordinada durante todo o período Imperial e parte da República ao Ministério da Fazenda. No começo do segundo reinado, por volta de 1840, estava instalada na R. Misericórdia, nas lojas da antiga Câmara dos Deputados. Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br>



Prédio da Biblioteca Nacional na Rua do Passeio, 1858



Interior do Prédio da Rua Passeio, 1858

Nesses tempos, não se pode negar, a biblioteca já era uma realidade, pelos menos em termos de acervo. Contudo, ainda no Convento do Carmo, em abril de 1853, frei Camillo de Monserrat assume a direção da biblioteca e imprime uma verdadeira, porém inglória, cruzada, para executar com dignidade uma gestão entrelaçada de inúmeros problemas internos de administração e, principalmente, a falta de verbas para aquisição de livros, que durou cerca de 17 anos.

Então, em 1855, frei Camillo recebe as chaves do novo prédio da biblioteca, aquele da Rua da Lapa, um casarão, de construção sólida, com vastas acomodações, uma bela arquitetura e ainda facilmente adaptável às novas finalidades. Porém, com o falecimento de frei Camillo em 1870, Benjamin Franklin Ramiz Galvão é então nomeado diretor da biblioteca, função que exerceria por 12 anos, até 1882.

Desde 1876, depois de ser denominada de Real, Imperial e Pública, a biblioteca passou a se chamar, definitivamente, Biblioteca Nacional.

Novos ventos administrativos sopraram, o orçamento foi multiplicado, o que possibilitou a realização de uma reforma geral na biblioteca, tão sonhada por frei

Camillo. Ramiz Galvão promoveu o primeiro concurso público para o cargo de “bibliotecário”, destacando-se o grande historiador Capistrano de Abreu. Em sua gestão ocorreram feitos memoráveis, como o início da publicação dos anais da biblioteca, da publicação do famoso *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, do *Catálogo da Exposição Camoniana* por ocasião do tricentenário do grande poeta lusitano, entre outros. Com o passar do tempo, a biblioteca manteve sua força de guardiã da história, somando ao seu grande acervo a maior e talvez a mais completa coleção de documentos originais existentes sobre a república e a escravidão.

Ao findar o mês de julho de 1900, Manuel Cícero Peregrino da Silva foi nomeado para o cargo de diretor da Biblioteca Nacional. Exerceu, com breves intervalos, sua gestão por longos 24 anos.

O acervo da biblioteca crescia em progressão geométrica e o novo diretor já sentia o quanto o prédio da Rua do Passeio não mais suportava o montante do acervo. Teve início uma série de modernizações no andamento administrativo dos negócios da biblioteca, quando foi instituída a distribuição de senhas para os usuários que aguardavam sentados por seus livros para consultas. Foram introduzidas as primeiras máquinas de escrever para serem usadas nas correspondências oficiais, tornando-se a biblioteca uma das precursoras entre os locais públicos a adotarem esta inovação. Foram executados trabalhos voltados para a melhoria da iluminação elétrica da biblioteca, notadamente nas salas de leitura. Foram inauguradas uma oficina de tipografia e uma de encadernação, propiciando um avanço extraordinário quanto à impressão dos anais da biblioteca e de seus relatórios administrativos.



Oficina Tipográfica inaugurada em 1903 no Prédio da Biblioteca Nacional na Rua do Passeio e transferida para o Prédio da Avenida Central.



Oficina de Encadernação também inaugurada em 1903 no Prédio da Biblioteca Nacional na Rua do Passeio e transferida para o Prédio da Avenida Central.

Manuel Cícero comportava-se como um homem à frente do seu tempo, pautando seu desempenho por uma concepção moderna de gestão, visando

transformar a biblioteca em um local de excelência para leitura e pesquisa. Com a sua capacidade inovadora e administrativa, implementou ações que, dentro de uma visão atual, poderiam ser encaradas como sendo de conservação preventiva.

Aproveitando a ocasião em que a Inspeção das Obras Públicas extendia até as proximidades da Bibliotheca um ramal do encanamento, pelo qual a água corre sem interrupção, solicitei fosse permitido tirar uma derivação para o interior do edifício, o que foi concedido. Constan de um tubo de ferro galvanizado que se liga a três registros de bronze de alta pressão, um em cada um dos andares, exceptuado o 3º, installados no interior de armários de madeira, um esguincho de bronze e mangueiras que podem alcançar qualquer ponto do edifício. Servem ao 3º andar e a coberta o registro e as mangueiras do 2º. A Bibliotheca está, assim, dotada de um modesto serviço de extinção de incêndio, preparada para acudir no primeiro momento com uma providência salvadora ou pelo menos para reduzir as proporções do desastre⁸.

Outro grande feito seu foi a instalação de uma central de telefones com dez linhas para facilitar a comunicação entre os diferentes pontos do estabelecimento e entre este e a casa do depósito. Contudo, todas as benfeitorias implementadas por Cícero não arrefecem o desejo de mudança, crescente a cada momento pelo gigantismo do acervo abrigado neste já acanhado prédio.

Neste momento, a cidade do Rio de Janeiro assistia à gigantesca reforma imposta pelo prefeito Pereira Passos, enquanto, por outro lado, Oswaldo Cruz debelava a febre amarela em toda a cidade. O desejo do diretor é claro: projetar a biblioteca nesta modernidade urbana e social que se estabelecia na cidade. “Nestas condições lancei as vistas para a Avenida Central, onde havia disponível um grande

⁸ *Anais da Bibliotheca Nacional* vol. XXVII – 1905 p. 416

terreno bem situado e que poderia ser cedido pelo Ministério da Indústria, independente de indenização”⁹.

Então, Manuel Cícero ausenta-se do país por oito meses, iniciando uma longa viagem pela Europa e pelos Estados Unidos. Visita várias bibliotecas, descobrindo o que havia de mais moderno e funcional quanto aos materiais, equipamentos e conhecimentos já desenvolvidos no mundo moderno ainda inexistentes no Brasil.

A ideia que era acalentada na época, não era somente a possibilidade da construção de um prédio novo, pois mudar simplesmente não era bem a solução desejada. O que estava em jogo era a construção de um grande símbolo para abrigar o que era considerado o monumento do saber da capital da República, a Biblioteca Nacional. E assim foi feito. O prédio da Biblioteca Nacional teve sua pedra fundamental lançada em 1905, já na majestosa Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco.



Ata de lançamento da pedra fundamental da BN, 15/08/1905. Original, 3p. Seção de Manuscritos.

⁹ *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXVII, 1905, p. 419

Quando de sua inauguração, o edifício, além de monumental e de projetar-se como uma verdadeira obra de arte arquitetônica, era provido de instalações e acomodações totalmente de acordo com as mais modernas exigências técnicas da época, desde as suas grandes estruturas, até as minúcias, como podemos ler na Justificação do Projeto (com cópia na seção de Manuscritos da BN), assinalada pelo projetista, construtor e engenheiro general Francisco Marcelino de Souza Aguiar (CARVALHO, 1994, p.92).

Podemos constatar que a preocupação com a conservação do acervo e com a segurança do edifício já se fazia sentir neste ano de 1910, ano da inauguração oficial da Biblioteca Nacional.



Ata da inauguração da Biblioteca Nacional. Original, manuscrito, Rio de Janeiro. 3 p. Ata cuja parte ornamental foi gravada a água-forte por Modesto Brocos e representa a Administração que descerra uma cortina e faz aparecer o novo edifício. Foi assinada pelas pessoas presentes e recolhida à Seção de Manuscritos. (*Anais da Biblioteca Nacional*, 1910, vol. 23, p. 394).

Foram adotadas estruturas de aço na construção do referido edifício para suportar o peso de toneladas de livros e estantes de metal, com a intenção de proteger o acervo contra uma possível infestação de insetos e contra sinistros. O elegante prédio foi construído em estilo eclético, no qual se mesclam elementos neoclássicos e de *art nouveau*.

Suas instalações foram configuradas dentro de todas as exigências técnicas da época: pisos de vidro nos seis andares que compõem os dois armazéns de livros situados do lado esquerdo (para os periódicos e publicações seriadas) e do lado direito (para as coleções de obras gerais), e com armações e estantes de aço com capacidade para 400 mil volumes. Amplos salões de leitura e pesquisa e tubos pneumáticos (conhecidos como monta-carga), para transporte de livros dos armazéns para a sala de leitura.



Armazém de Obras Gerais, 2004



Armazém de Periódicos, 2004

Em setembro de 1909 é iniciada a transferência de todo o grande acervo da biblioteca da Rua do Passeio para o novo edifício da Avenida Central, trabalho que só foi concluído em fevereiro do ano seguinte.

Dentre outros detalhes é descrito que foram necessários cerca de 1.132 viagens em um tipo de carro (que foi adaptado para se transformar, potencialmente, em um tipo de caminhão), para o traslado de um acervo de cerca de 400 mil livros entre os dois prédios. É sabido que a mudança foi tão bem planejada e executada, que cada caixote de peças era colocado diretamente nos locais definidos previamente no novo prédio, sem causar grandes transtornos para as pessoas, e tudo com os recursos tecnológicos existentes e disponíveis nos primórdios do século XX¹⁰.



Mudança da Biblioteca Nacional do prédio na Rua do Passeio para o prédio da Avenida Central, 1909.



Mudança da Biblioteca Nacional do prédio na Rua do Passeio para o prédio da Avenida Central, 1909.

¹⁰ O relato detalhado de todo este trabalho de transferência do acervo está minuciosamente descrito no Relatório do Diretor. IN Anais da Biblioteca Nacional, vol. 32, 1910, p. 765

Então, após esta bem sucedida transferência, e contando com a presença do presidente da República, Nilo Peçanha (1919-1922), e demais ministros, aconteceu a inauguração do novo edifício da Biblioteca Nacional do Brasil, no dia 29 de outubro de 1910, às 3 horas da tarde, na recém-inaugurada Avenida Central. Como registra a história, exatamente 100 anos depois, dia e mês, da instalação da Bibliotheca no velho prédio do Beco do Carmo, aquele próximo ao Paço Imperial.



Augusto Malta – Biblioteca Nacional – 1925

Devemos ressaltar os esforços quase sobre-humanos e a criatividade que foram dispensados, sem dúvidas, nesta empreitada de tamanha envergadura pelo diretor da biblioteca e sua equipe. Em fevereiro de 1924, Manuel Cícero Peregrino da Silva deixa a direção da biblioteca e assume a Reitoria da então Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Para substituir Manuel Cícero na direção da Biblioteca Nacional é designado o historiador e jornalista Mário Behring.

Deste modo, a biblioteca Nacional, com todas as suas mudanças, trilhou seu caminho, empenhando-se com sucesso para manter o lugar de prestígio que sempre lhe coube na história enquanto instituição cultural determinada em preservar a história bibliográfica brasileira.

Constatamos através dos fatos narrados até aqui, a imponderabilidade do tempo que nos impõe mudanças de atitudes e posturas. E é o que deve acontecer com algumas das leis ou normas que regem condutas em nossa sociedade sempre em franco desenvolvimento. Por exemplo, a lei do depósito legal, um dos mais poderosos instrumentos de captação para a manutenção da bibliografia brasileira, decreto de 1907 revisto em 2004, que deve aprimorar-se neste mundo contemporâneo que não identifica mais a informação apenas como sinônimo de livro, mas que a encontra dispersa nos mais diversos tipos de suporte, na Internet e em tantos outros meios eletrônicos.

Como disse Paulo Herkenhoff, ex-diretor do Museu Nacional de Belas- Artes do Rio de Janeiro, “o controle da informação e sua acessibilidade estão na raiz do destino de qualquer acervo”. Por isso entendemos que não é suficiente formarmos acervos sem termos reais condições de conservá-los, catalogá-los e disponibilizá-los.

É neste contexto que o Centro de Processos Técnicos (CPT) trata efetivamente de todo o processamento técnico do acervo da biblioteca, da biblioteca digital,

Página Web, <http://www.bn.br/bndigital>



da agência brasileira do ISBN, do EDA (Escritório de Direitos Autorais), da Coordenadoria de Microrreprodução, como também compartilha e dá apoio aos trabalhos técnico-científicos desenvolvidos junto à Coordenadoria de Preservação. Esta é formada pelos modernos e bem equipados Centro de Conservação e Encadernação e o Laboratório de Restauração, que, ao final de 2005, passaram por completa reforma estrutural e por benefícios tecnológicos, propostos e executados durante a bem sucedida gestão da Dra. Célia Ribeiro Zaher, enquanto diretora do CPT. Assim, sob a responsabilidade e o eficaz desempenho das equipes de especialistas das áreas de conservação e restauração, e através do desenvolvimento de projetos específicos, é possível assegurar os procedimentos técnicos necessários à preservação do acervo memória da biblioteca.

Quanto aos periódicos e às publicações seriadas que são parte de grande importância do acervo da biblioteca, não podemos deixar de registrar os trabalhos de reprodução executados por meio das técnicas de microfilmagem, que garantem a permanência desta parcela de imensurável importância de nossos registros históricos.

Há que se fazer referência a alguns dos grandes programas estabelecidos pela Biblioteca Nacional em parcerias com outras instituições que, com o passar dos anos, engrandecem a biblioteca nos cenários nacional e internacional, que são:

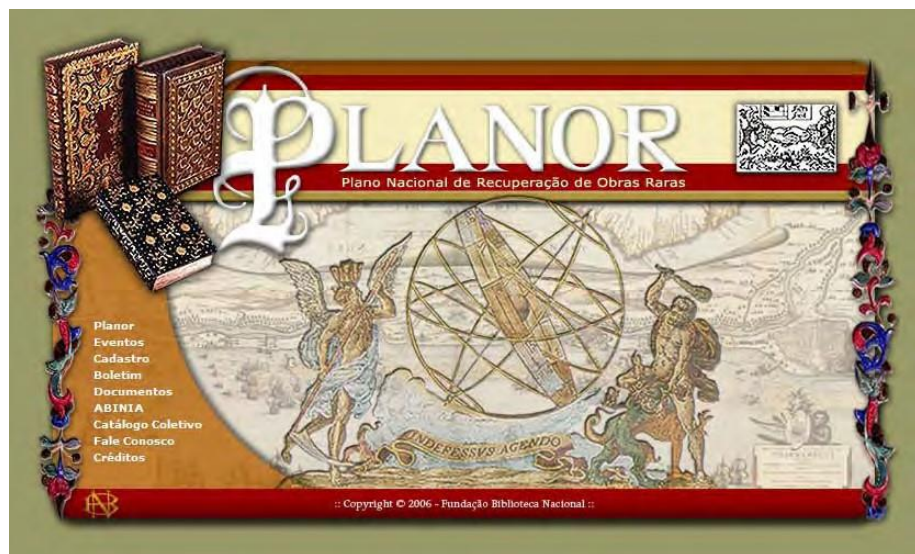
1 - O Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiro (Plano) tem seu desempenho assegurado por sua equipe de técnicos especializados e pelas diretorias da biblioteca, visando preservar a memória hemerográfica brasileira. Criado em 11 de dezembro de 1978, em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), foi, desde então, coordenado pela Dra. Esther Caldas Bertoletti, que permaneceu na função até 1992, quando o Plano passou a ser subordinado à Coordenadoria de Microrreprodução.

Durante a longa gestão da Dra. Esther Bertoletti, o Plano se sedimentou na Biblioteca Nacional e se expandiu para outras instituições do país. Podemos afirmar que este foi, sem dúvidas, o grande programa, desenvolvido em uma instituição pública, direcionado exclusivamente à preservação dos periódicos brasileiros.



Logomarca do Plano, criada na Biblioteca Nacional em 1979.

2 - O Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor) foi criado através da Portaria nº 19, de outubro de 1983, da Secretaria da Cultura do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), durante a gestão da Dra. Celia Ribeiro Zaher como diretora da Biblioteca Nacional, ficando sua coordenação a cargo da Dra. Esther Caldas Bertoletti. Mais tarde, em março de 1985, início do Governo do presidente José Sarney (1985-1990), a Secretaria de Cultura foi desmembrada do MEC e criado o Ministério da Cultura. A partir de 2004, com a nova estrutura organizacional da Fundação Biblioteca Nacional, o Planor passa a ter gerência própria, ficando subordinado à Coordenadoria de Acervos Especiais, do Centro de Referência e Difusão.



Este programa tem seus objetivos centrados na identificação de obras raras existentes nas bibliotecas de outras instituições culturais públicas ou privadas, na difusão de orientação quanto à organização destes acervos, na divulgação destes através de catálogos específicos e na prestação de assistência técnica, manutenção de intercâmbio com catálogos internacionais da Abinia (Asociacion de Bibliotecas Nacionales de Iberoamérica), de obras editadas dos séculos XV ao XVIII e, por fim, reunião na biblioteca das informações sobre os acervos raros existentes no país.

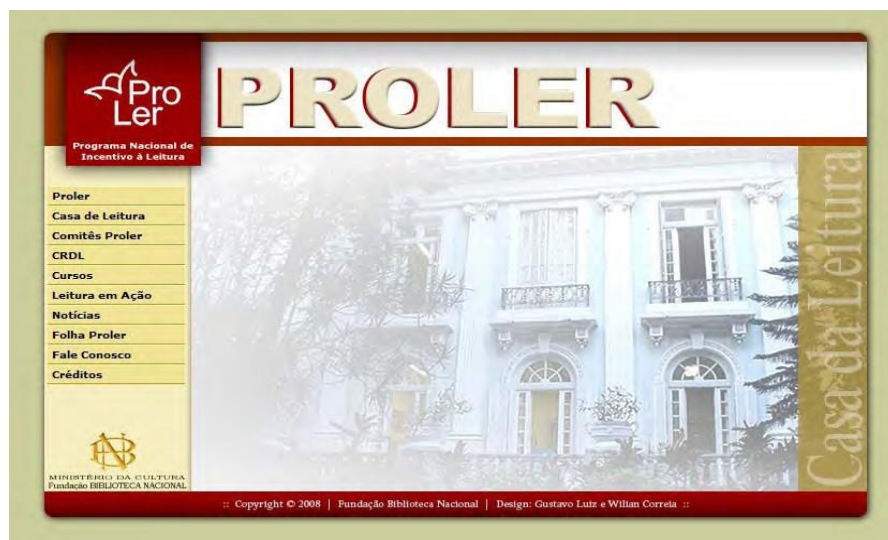
3 - O Profoto (Projeto de Preservação e Conservação do Acervo Fotográfico da Biblioteca Nacional) trata da preservação de um dos mais preciosos e maiores acervos de fotografias do Brasil existente em uma instituição pública. É formado por cerca de 25 mil imagens fotográficas do século XIX e mais de 350 álbuns, que documentam fatos históricos, científicos, políticos, econômicos e sociais, durante o reinado de D. Pedro II e suas viagens pelo Oriente Médio, Europa e América do Norte.

PROFOTO – Projeto de Preservação e Conservação do Acervo Fotográfico da Biblioteca Nacional.

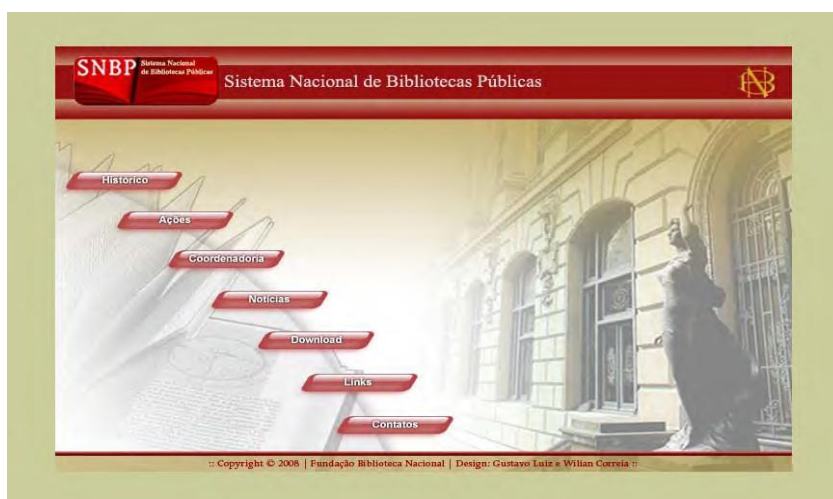
O Profoto, nome pelo qual ficou conhecido o projeto, iniciou a concretização de suas atividades em 1989, após a obtenção do patrocínio da Fundação Banco do Brasil, graças à qual toda a pesquisa e desenvolvimento de métodos, técnicas, procedimentos e normas pôde ser concretizada. As atividades se iniciaram pelo tratamento das fotografias da Coleção D. Thereza Christina Maria, construída pelo Imperador D. Pedro II e doada em sua grande parte a biblioteca após a proclamação da República. Ressaltamos o trabalho iniciado pelo Núcleo de Fotografia da FUNARTE, através do seu Programa Nacional de Preservação e Pesquisa da Fotografia Histórica e de seu Centro de Preservação e Conservação Fotográfica. Trabalhando junto com aqueles colegas e a partir de suas propostas de atuação, construímos este trabalho que hoje se encontra amadurecido e institucionalizado na biblioteca. (ANDRADE, 2000, p.9 e 10 IN: Acondicionamento e Guarda de Acervos Fotográficos.FBN. 2000).

4 - O Proler (Programa Nacional de Incentivo à Leitura), instalado na Casa da Leitura, em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, tem a tarefa de coordenar, em todo o país, projetos e ações direcionados à promoção da leitura.

Página Web, <http://www.pnll.gov.br>



O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, por meio de sua ativa Coordenadoria, se une a todas as bibliotecas públicas dos estados brasileiros, e estas, por sua vez, coordenam as bibliotecas municipais de suas cidades, proporcionando-lhes orientações e assistências técnicas, intercâmbio de publicações e cursos técnicos, *in loco*, pertinentes às áreas de biblioteconomia, preservação e microfilmagem de acervos.



Página Web, <http://www.consortio.bn.br/snbp>

Desde os anos 1990, com a grande transformação da instituição em fundação de direito público, vinculada ao Ministério da Cultura, a hoje Fundação Biblioteca Nacional acrescenta ao seu corpo de atribuições aquelas direcionadas às áreas primordiais do livro e da leitura. Através da Coordenadoria Geral do Livro e da Leitura, desenvolve a política nacional do livro, como também promove, no Brasil e no exterior, a literatura brasileira.

Devemos entender e encarar todos estes programas e planos como um grande e formidável planejamento construído ao longo dos anos sob os cânones da preservação de bens culturais. Estas realizações denotam claramente suas intenções direcionadas para uma política de salvaguarda, que já se fazia presente desde os anos 1980, como mola mestra de uma atuação institucional em implantação na Biblioteca Nacional.

Por fim, a Biblioteca Nacional, uma das 10 maiores do mundo está, no século XXI, consciente de sua missão educativa em relação à sociedade brasileira e traz a lume seu maior potencial simbólico, seu histórico e raro acervo, disponibilizado ao público e aos pesquisadores de todo o Brasil e do mundo através dos mais avançados veículos de informação.

A formação das coleções

Entre as coleções incorporadas ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional devem ser mencionadas pelo seu valor histórico e raridade as seguintes:

- Coleção Barbosa Machado – Doadada pelo ilustre bibliófilo, é formada de 4.300 obras em 5.764 volumes. Além de livros, possui estampas e mapas.

Barbosa Machado reuniu preciosa coleção de folhetos raros relacionados com a Historia de Portugal e do Brasil. Parte de sua biblioteca encontra-se, também, na Biblioteca da Ajuda, em Portugal.

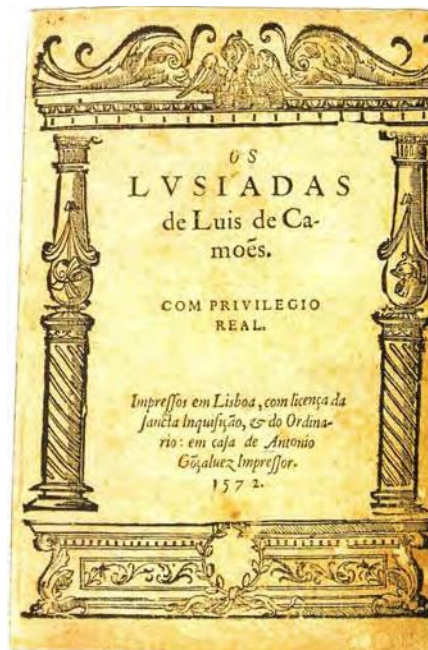
- Coleção Conde da Barca ou Coleção Araujense – Foi adquirida em leilão, em 1819, dois anos após a morte de seu proprietário, Antonio de Araújo de Azevedo, o Conde da Barca. É constituída de 2.365 obras em 6.329 volumes, em sua maior parte dos séculos XVII e XVIII. Pertence a essa coleção o conjunto de estampas Le Grand Théâtre de l'Univers, reunido em 125 grandes volumes.

- Coleção De Angelis – Foi adquirida em 1853 por Pedro de Angelis, político e bibliófilo napolitano, naturalizado argentino. Possui 1.717 obras em 2.747 volumes e 1.295 manuscritos. É de grande importância para a história da província jesuítica do Paraguai e das questões de limites na região do Prata.

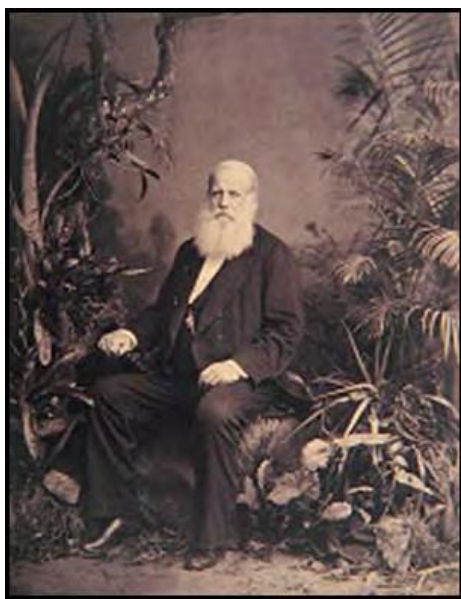
- Coleção Salvador de Mendonça – Foi doada por Salvador de Mendonça, cônsul do Brasil em Nova York, em 1884. Com 122 obras em 215 volumes, sete manuscritos e numerosas estampas. Destaca-se, no conjunto, o material referente ao domínio Holandês no Brasil, com peças da maior raridade, impressas no século XVII.

- Coleção José Antonio Marques - Doadada entre 1889 e 1890 pelo colecionador, é formada por 3.920 obras em 6.309 volumes e alguns manuscritos

relativos ao Brasil Colônia. Incluem-se na coleção 323 volumes de edições camonianas, entre as quais a edição de *Os Lusíadas*, de 1572, chamada “dos piscos” e considerada raríssima.



- Coleção Dona Thereza Cristina Maria – Foi doada em 1891 pelo Imperador D. Pedro II com o desejo expresso de que fosse identificada pelo nome da Imperatriz.



PACHECO, Joaquim Insley, Retrato do Imperador Idoso, de corpo inteiro, sentado voltado para direita. Foto de estúdio num cenário tropicalista, 1883.



PACHECO, Joaquim Insley, Retrato da Imperatriz Thereza Christina Maria, filha do Rei Francisco I das Sicílias e da Infanta de Espanha. Foto de estúdio num cenário tropicalista, 1883

É composta de 48.236 volumes encadernados, inúmeras brochuras e folhetos avulsos, fascículos de várias revistas literárias e científicas, estampas, fotografias, partituras musicais e mais de mil mapas geográficos impressos e manuscritos.

Trata-se da maior coleção recebida pela biblioteca em todos os tempos. Neste universo, a parte relativa às fotografias e aos álbuns fotográficos foi classificada pela Unesco na categoria de “memória do mundo”, por ser o maior conjunto de documentos fotográficos do século XIX existentes em uma instituição pública. São retratos, paisagens e fotografias de toda espécie, que documentam fatos históricos, científicos, políticos, econômicos e sociais. Estão representados todos os nomes de projeção nacional e internacional na fotografia brasileira daquele século.



J. Pascal Sébah. Imperador e imperatriz e comitiva junto às Pirâmides. Cairo, Egipto, 1871 - FBN.



Paul Nadar . Photographie. Aérostatique par Nadar,
Ascension du 2 Juilliet 1886., Chateau de Versailles
Altitude 800 m.

- Coleção Benedito Otoni - Pertenceu ao colecionador e bibliófilo José Carlos Rodrigues, sendo adquirida, em venda pública, pelo Dr. Júlio Benedito Otoni, que a doou integralmente à Biblioteca Nacional em 1911.

- Arquivo da Casa de Contos - Com cerca de 50.000 documentos e muitos códices, a coleção é oriunda da antiga Casa dos Contos de Ouro Preto e se completa com duas outras da mesma procedência. Uma se encontra no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e outra no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. Trata-se de precioso material para o estudo da história da mineração, contrabando de ouro e diamantes, bandeiras e Conjuração Mineira dos séculos XVIII e XIX.

- Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira - Documentação fartamente ilustrada com desenhos aquarelados de Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, produzida pelo naturalista Alexandre de Rodrigues Ferreira relativa à viagem que empreendeu, por ordem de D. Maria I, pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783 e 1792.



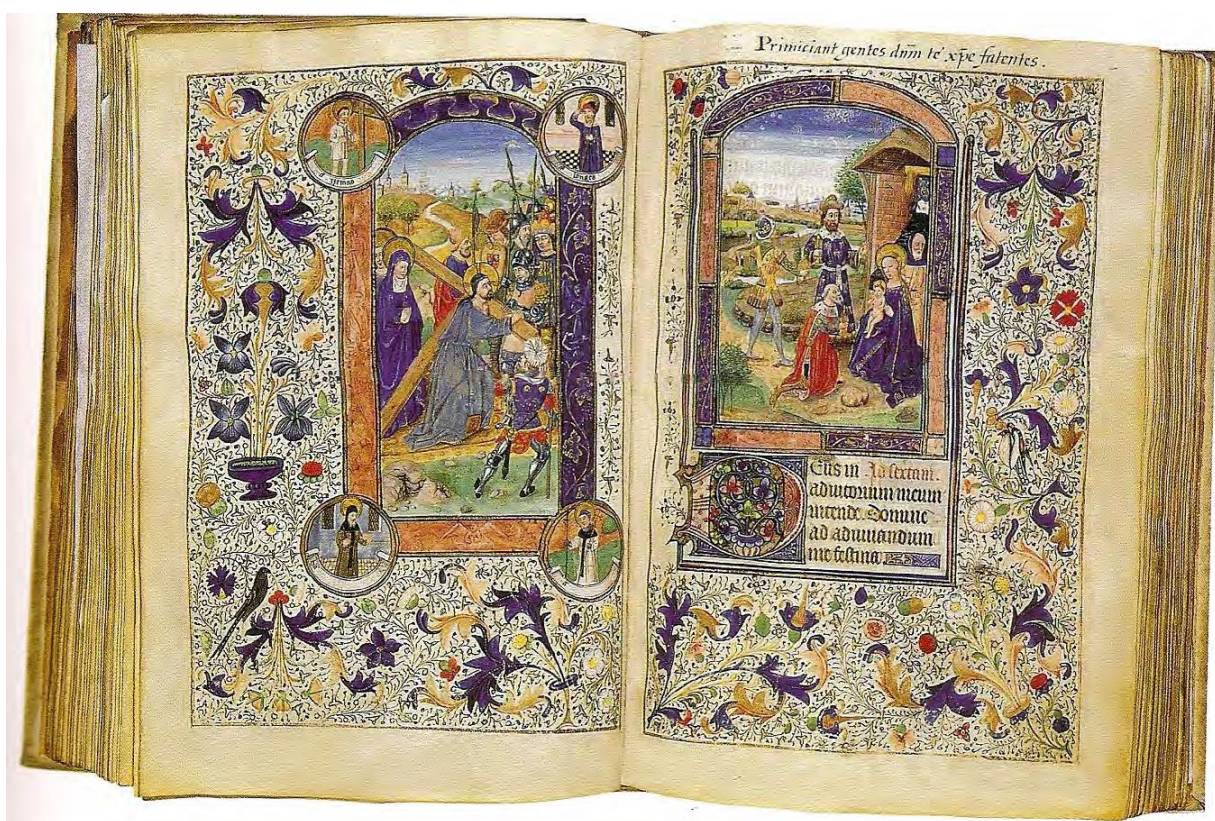
Desenhos aquarelados, Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, 1756 - 1815

Também merecem lembrança as históricas coleções de incunábulo, que compõem a grande coleção de livros raros que vêm formar o importante acervo memória da Biblioteca Nacional.



Bíblia. Latim. 1462. (FBN). Conhecida como Bíblia de Mogúncia. Impressa pelos dois sócios de Gutenberg: Fust e Schoffer. A obra, de valor inestimável, em dois volumes, repete os textos da vulgata. Mantém as características ainda influenciadas pelos manuscritos, de decorações nas margens, feitas pelos iluministas.

Por fim citamos a preciosa coleção dos chamados Livros de horas renascentistas (livros para orações), que compõem o acervo de manuscritos raros da biblioteca, que vieram também com a Família Real e faziam parte da Biblioteca do Infantado, assim chamada porque seus livros serviam para a leitura dos príncipes, filhos dos reis.



Este *Livro de Horas*, do século XIV, foi feito especialmente para os reis de Portugal pelo artista italiano Spinello Spinelli. Poucas cortes europeias fizeram encomendas de livros iluminados a artistas italianos, como a de D. Fernando I, para comporem suas bibliotecas. Fundação Biblioteca Nacional, São Paulo, Banco Safra, 2004, p. 39.

CAPÍTULO 2

A preservação

Referencial Histórico

A preservação, a conservação e a restauração de bens culturais é o tema do conhecimento que mais atrai a atenção dos teóricos da cultura em questões sobre o patrimônio histórico, cultural e artístico em nossa sociedade.

O campo da preservação é constantemente alvo de um engrandecimento, no sentido de que seus objetivos são os mais ampliados e discutidos em relação ao patrimônio cultural, ao interesse dos indivíduos e à esfera pública. E aqui vamos, uma vez mais, direcionar nossas atenções para este campo da preservação dos bens culturais, neste caso, para o acervo bibliográfico e documental da Biblioteca Nacional e o edifício que o abriga.

A situação da preservação é vista e descrita correntemente como uma forma abrangente de atuação que trás sob si as áreas técnicas da conservação e a da restauração. Nas últimas décadas, os profissionais que desempenham atividades nesta área t adotam um consenso sobre um conjunto de conceitos fundamentais de preservação, para melhor dispor dos recursos disponibilizados em programas de preservação bem desenvolvidos (CONWAY, 1989).

Contudo, para abordarmos esta nem tão antiga área de preservação de bens culturais, vamos retroceder no tempo até o começo do pensamento sobre o conceito de patrimônio. Tal conceito, estando ligado aos registros dos testemunhos materiais do passado, surge no final do século XVIII, toma forma e se desenvolve a partir do século XIX e atingindo seu ponto alto no último quartel do século XX.

Integra-se a este conceito a preocupação com a preservação do patrimônio que nos remete à Europa do século XVIII, na busca da recuperação do patrimônio arquitetônico, principalmente na França, no decorrer do período pós-revolução francesa. Neste momento, o Estado assume, em nome do interesse público, contra toda sorte de atos de vandalismo que vinham ocorrendo, a proteção legal de determinados bens, aos quais foi atribuída a capacidade de representarem a nação. Assim, o entendimento de patrimônio como um conjunto de bens fundamentais e com características peculiares, recebe atenções diferenciadas pela primeira vez na França, relacionadas aos bens arquitetônicos nacionais, em função das tradições vinculadas a esses bens, visando à criação do ideal de uma riqueza moral, uma história dita comum, mas que a expressa as riquezas da nação.

Estas recentes e novas formas de atitudes contagiaram quase todos os países europeus que partem para a busca de seus próprios reconhecimentos, transformando e usando a restauração arquitetônica como veículo desse reencontro de suas identidades e valores. Portanto, podemos dizer que a noção de patrimônio transforma-se em um instrumento, que vem servir às classes de poder com o intuito de construir um ideal amplo e concreto de identidade nacional, com muitas relações simbólicas.

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2005), isto vem reforçar a noção de cidadania, na medida em que são identificados, no espaço público, bens que não são de exclusiva posse privada, mas propriedades de todos os cidadãos, a serem utilizados em nome do interesse público. Nesse caso, o Estado atua como guardião e gestor desses bens. Todos os bens patrimoniais, caracterizados desde o início por sua heterogeneidade, funcionam como documentos, como provas materiais das versões oficiais de uma história nacional, que constrói o mito de origem de uma nação e uma versão da ocupação do território, visando o reconhecimento do poder atual.

Neste contexto, na França, surge a figura do arquiteto Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) à frente de uma inspetoria de monumentos que selecionava quais edifícios, a partir de seu estado de degradação, deveriam ser submetidos aos procedimentos de restauração. A filosofia nacionalista de Le-Duc levou-o ao encontro da arquitetura gótica, por considerá-la a mais próxima do verdadeiro estilo francês, deixando clara sua opção pelo estilo arquitetônico medieval. Então, suas restaurações em edifícios completamente degradados seguiam uma tendência de recuperação das formas primitivas, mesmo que, ao final da intervenção, o monumento apresentasse uma cara que ele nunca tivesse tido. Este tipo de restauração foi qualificado de estilístico ou interpretativo, como o próprio a nominava. Com o passar do tempo, este procedimento de restauração foi tachado de falso histórico. “Quase um século depois, a contribuição de Viollet-le-Duc em geral se reduz a uma definição célebre de seu *Dictionnaire*: ‘Restaurar um edifício é restituí-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num dado momento’”. (CHOAY, 2006, p.156).

Ao final do século XIX, o arquiteto italiano Camillo Boito (1836-1914) vem contestar a teoria de Le-Duc neste campo específico da restauração, afirmando que todos os materiais acrescentados a um edifício, durante os trabalhos de restauração, devem ser claramente percebidos e nunca confundidos com o original. Esta questão se tornaria precursora na discussão a respeito das diferenças sobre os conceitos de restaurar e conservar.

Desta forma, as ideias efervescentes na época a respeito destes conceitos se difundem e colocam em campos diferentes a Inglaterra, com John Ruskin, que defendia a noção de autenticidade, enquanto respeito pelas marcas do tempo no monumento, aconselhando manutenções periódicas, mas admitindo a possibilidade da morte do mesmo, e a França, com as ideias de Le-Duc, que afirmava que na restauração deve prevalecer o respeito absoluto sobre o passado da obra, permitindo, assim, inferirmos sobre o modo através do qual vemos a conservação.

Contudo, no final do século XIX, surge uma nova versão sobre os fatos, segundo a qual cada elemento arquitetônico de um monumento poderia ser reconstruído, na medida em que fossem apresentados documentos que comprovassem a autenticidade do mesmo. Esta nova postura passou a ser reconhecida como restauração histórica, ficando estabelecido que todas as ações de reconstrução deveriam estar baseadas em documentação existente, visando dar ao monumento o aspecto que de fato ele deveria ter tido.

Estamos no início do século XX e as críticas àqueles conceitos e normas a respeito dos fundamentos da restauração histórica e também daquela dita estilística, já se fazem ouvir por toda a Europa. É o prenúncio do que virá a ser apresentado como restauração científica. Esta, por sua vez, se desenvolve na direção da permanência de todos os fatores que dizem respeito aos traços históricos que venham a fazer parte da vida de um determinado monumento, trazendo a ideia de que se devia deixar bem claras as poucas e novas intervenções que viessem a ser necessárias à restauração do monumento, sem preocupação com atitudes estilísticas.

Contudo, como é de praxe entre os homens e a história, surgem, lá pelos meados do século, pensamentos contraditórios quanto aos conceitos sobre os registros visíveis dos traços que contam a história dos monumentos.

E é da Itália que parte uma nova visão sobre a tomada de atitude quanto ao que se deve, ao que não se deve mais e de que modo devemos fazer e pensar, *a priori*, os trabalhos de restauração de obras e monumentos.

Assim, o historiador de arte italiano Cesari Brandi (1906-1988) surge para apresentar suas ideias e conceitos que, podemos inferir, talvez venham a ser a “última”¹¹ grande vertente do pensamento sobre restauração de obras nos meios europeus. Brandi deixa claro, logo de início, que o que interessa para ele é a obra em

¹¹ Devemos fazer referência aos teóricos contemporâneos da restauração, como Paul Philippot e Salvador Viñas Muñoz.

si mesma, quer dizer, não somente seu aspecto material, mas também o seu conteúdo. E define: “a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas a sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2004, p.30).

Em outras palavras, Brandi está afirmando que a restauração, quando for realizada, deve ter o compromisso do restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, na medida em que isso seja viável, sem a execução de um falso artístico ou de um falso histórico, e sem a eliminação de nenhum traço da trajetória da obra de arte no tempo. Com o passar dos anos, Brandi funda em Roma, em 1939, o Instituto Central de Restauração e o dirige por mais de 20 anos. Desde então suas teorias vêm se propagando para além das fronteiras da Itália.

Estas são, portanto, de forma sucinta, as mais importantes correntes de pensamento sobre restauração de obras desenvolvidas na Europa nos séculos passados.

Voltamos agora ao Brasil para falarmos um pouco sobre como estas questões a respeito da formação conceitual do que passou a ser denominado patrimônio histórico e artístico nacional foram iniciadas, desenvolvidas e efetivadas de forma legal.

Pelos idos dos anos 1920 surgem as primeiras manifestações que reclamavam por proteção para os bens culturais. E é exatamente em 1920 que Albert Childe, do Museu Nacional, elabora o primeiro projeto de lei de defesa do patrimônio artístico, em especial o dos bens arqueológicos (*Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 22, 1987, p.34). Contudo, foi somente nos anos 1930, marcadamente em 1936, durante o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), que seu ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo

Capanema, solicitou ao escritor Mário de Andrade (1893-1945), líder do movimento modernista que provocou a renovação literária e artística no Brasil, um anteprojeto para a criação de um Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan.

No projeto para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, Mário de Andrade defendeu o exame da diversidade artística existente no país [...] sua proposta seguiu a mesma linha de trabalho defendida e posta em prática por ele no Departamento de Cultura de São Paulo. Um bom exemplo do que Mário entendia por obra de arte patrimonial, ou seja, a que pertencia ao patrimônio artístico nacional, são as oito categorias por ele listadas: a arte arqueológica, a ameríndia, a popular, a histórica, a arte erudita nacional e estrangeira, as artes aplicadas nacionais e estrangeiras. No anteprojeto original [...] mencionou também as categorias de bem cultural tangível e não-tangível, que serviriam de fonte para as mudanças na política de patrimônio introduzidas mais tarde por Aloísio Magalhães (OLIVEIRA, 2008, pp.118/9).

A solicitação feita pelo ministro Gustavo Capanema a Mário de Andrade decorre das constantes denúncias feitas por intelectuais a respeito dos inúmeros roubos, dilapidações e vandalismos que se sucediam como consequência do total abandono em que se encontravam as mais importantes cidades históricas, principalmente Ouro Preto (MG), repercutindo com grande alarde na imprensa e na sociedade da época.

Podemos inferir que um dos grandes *leitmotiv* para estas movimentações no sentido da criação de leis e de proteção do Estado, sobre o que se convencionou denominar de bens culturais, foi notadamente a ausência de preservação e de segurança, assunto central deste Guia.

Aceita entre os intelectuais, mesmo entre aqueles que não se incluíam no movimento modernista, a criação do Sphan, com todo o apoio dispensado pelo

governo, mascarava sob seu contexto uma grande questão, que era a total ausência de percepção demonstrada pela sociedade brasileira da época, para a real necessidade da criação de um órgão que administrasse este patrimônio histórico e artístico nacional. Como também não configurava uma demanda, absolutamente necessária, que merecesse apoio de outros segmentos da sociedade, como, por exemplo, acontecia com a saúde pública e com a educação.

A grande tarefa, então, estava na elaboração de mecanismos legais que deveriam ser reconhecidos como eficazes e legítimos e que se transformariam em garantias de proteção aos denominados bens culturais, já ameaçados por degradações de todos os níveis e ações perpetradas por interesses escusos e duvidosos contra todas as medidas de proteção.

Mas é somente em 13 de janeiro de 1937 que o governo promulga a Lei nº 378, que estabelece uma nova organização para o Ministério da Educação e Saúde Pública e também oficializa o Sphan. A partir de então, o entendimento sobre o que representa o patrimônio histórico e artístico nacional se oficializa e passa a ser definido como o conjunto de bens culturais móveis e imóveis existentes, sendo sua preservação de interesse público, por estarem relacionados a acontecimentos de relevância para a história ou por serem considerados de grande valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico, documental ou artístico.

Partindo do pressuposto da identificação dos limites do Estado a partir dos bens culturais que representavam a nação no tempo e no espaço, a concepção do patrimônio contribui para objetivar, dar visibilidade e tornar real o que deve ser entendido como nação. Simbolizada também por obras criadas expressamente com esta finalidade, como as bandeiras, os hinos, os calendários, as alegorias, que, visando proteger esse patrimônio comum, findam por reforçar a coesão nacional.

Deste modo, a preservação dos bens culturais, por vezes onerosa, complexa e, num certo sentido, até contrária a alguns interesses públicos ou privados, torna-se justificável pelo alcance pedagógico que traz em si, como também alicerça o serviço direcionado à instrução dos cidadãos.

Havia naquele momento, como há hoje, no meio da sociedade, uma enorme gama de interesses em jogo, vindos de pessoas de todos os tipos e classes que se manifestavam contra as denominadas normas de tombamento, através das quais o Sphan exercia uma de suas atribuições no sentido da proteção do que restava da arte colonial arquitetônica, já em franca ameaça pelo surgimento de uma nova concepção de urbanização, em detrimento de negócios escusos sob o manto de justificativas e entraves ao pleno estabelecimento desta referida modernidade urbana. Ao longo do tempo, os acontecimentos e as ações que se desenvolvem deveriam ser na direção do estabelecimento de instituições que apresentassem razoável solidez, no sentido da geração de suportes e apoios às atividades de continuidade e de sustentação ao recém criado Sphan.

O momento era de concentrar todas as atenções na construção de uma tradição brasileira em compatibilidade com os modernistas e os funcionários do Sphan, que, naquele momento, detinham a autoridade para atuarem enquanto porta vozes e protetores da valoração cultural do país. No transcurso dos fatos, o Sphan se fortalece como instituição brasileira, sobretudo quanto à resistência do interesse nacional às manobras interesseiras do governo.

Segundo Fonseca (2005), o imenso panorama da trajetória histórica sobre as ações de preservação do patrimônio desenvolvidas no país pode ser melhor entendido através de um quadro cronológico com ênfase em três momentos, considerados marcantes no desenvolvimento e na evolução dessa política: o primeiro dito heróico - que se inicia nos anos 1930 com o anteprojeto da criação do Sphan e vai até 1967, com o término da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade; o

segundo - chamado intermediário, que se estende de 1967 a 1979, período em que o Sphan luta por adaptar-se às novas demandas políticas nacionais e internacionais, interagindo com instituições federais que já atuavam no campo da preservação; e, o terceiro momento - dito moderno, que se refere ao período da gestão de Aloísio Magalhães (1979-1982).

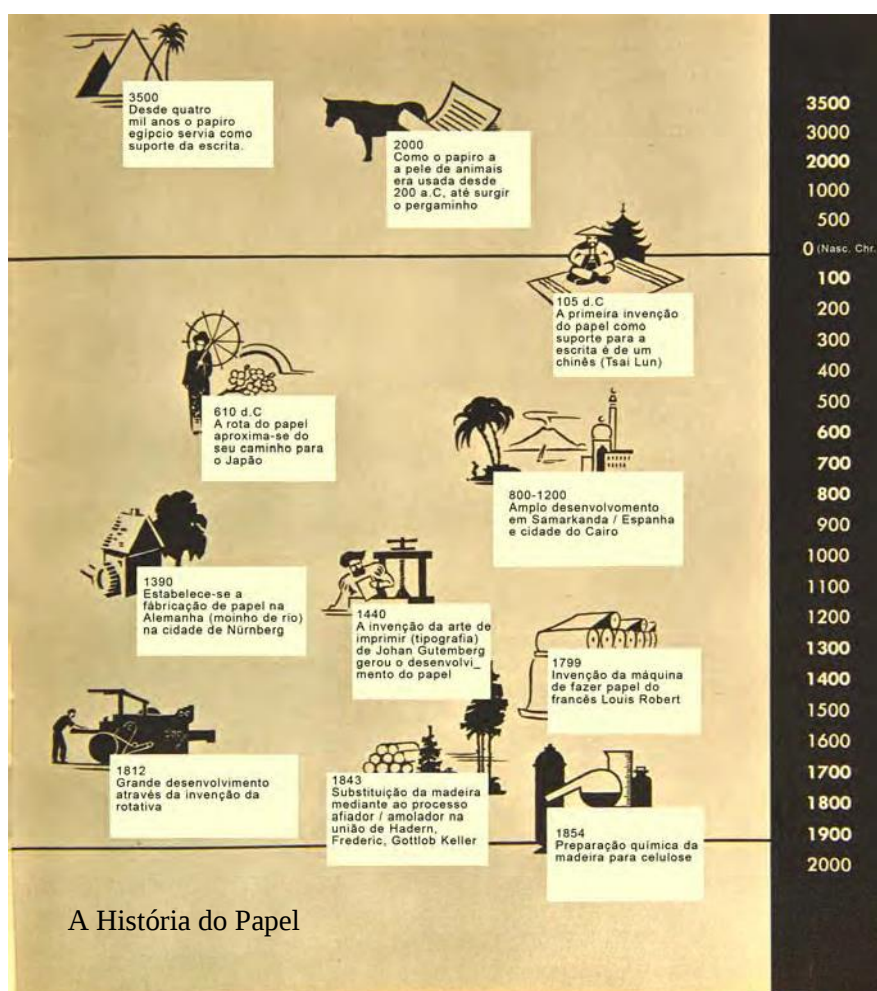
Uma breve história do papel

A invenção da escrita talvez tenha sido a conquista de maior significado da humanidade. E o livro seu melhor veículo a serviço da memória enquanto elemento vital para a construção do conhecimento. Mesmo nos dias atuais, ainda é difícil imaginar em que momento esse constante acúmulo de saberes, nesta forma de livro, venha a ser interrompido, porém não podemos deixar de observar que há sinais claros de que nossa memória coletiva está sendo gradualmente destruída. Os papéis, nos quais os nossos escritos são impressos, estão se deteriorando em ritmo acelerado e as instituições, como as bibliotecas e os arquivos, encarregados da preservação do conhecimento humano, travam uma incessante batalha para evitar que isso aconteça.

O livro, como testemunho portátil e definitivo de informação e conhecimento, surgiu sob a forma de placas de argila na Mesopotâmia há cerca de 3000 anos a. C. Próximo desta mesma época, rolos de papiro começaram a ser usados no Egito. O papiro, planta que cresce nas margens do rio Nilo, fornecia um material leve e flexível, e cada folha era obtida a partir de tiras finas do miolo da haste dessa planta, dispostas em camadas cruzadas e comprimidas. Contudo, as limitações do papiro, quanto à sua resistência, foi se tornando gradualmente mais evidente, abrindo espaço para busca e especulação de um suporte que tivesse características mais fortes e duradouras. Surge, então, o pergaminho. Este era feito de peles de bezerros, carneiros e cabras e conferiam características de resistência e

durabilidade incomparáveis às do papiro. Era possível escrever em ambos os lados do pergaminho, fazer ranhuras e correções e ainda costurar vários deles juntos formando um códice¹².

O pergaminho provou seu valor e, no decorrer de séculos, nos mosteiros, todos os manuscritos foram cuidadosamente copiados para este nobre suporte. Conta a história que, no início do século XII, quando o papel foi introduzido na Europa, foi considerado por muitos como um material de qualidade bastante inferior. E a reflexão na época sobre esta novidade baseava-se em dois aspectos da maior relevância: a durabilidade e a permanência deste novo suporte para a escrita.



¹² Segundo Houaiss, códice vem do latim codex, grupo de folhas de pergaminho manuscritas, unidas, numa espécie de livro, por cadarços e/ou cosedura e encadernação.

O papel, desde os mais nobres aos mais simples, tem uma importância muito grande na vida humana. Produto de grande versatilidade, iniciou o seu processo histórico há cerca de dois mil anos. Como a maioria das grandes invenções, teve um princípio muito simples. Era fabricado a partir de uma suspensão líquida de fibras, que se espalhava sobre uma tela para escoar a água e, em seguida, a folha daí obtida era removida da tela e levada a secar. A matéria-prima utilizada para a fabricação do papel é a celulose e sua interação com a água cria resistência e flexibilidade, que são características pontuais deste suporte da escrita.

Os chineses foram os primeiros a fabricar o papel no ano 105 d.C. Sua produção dava-se a partir da maceração de fibras vegetais, até que elas ficassem reduzidas a uma massa de fibras, misturada a água e, em seguida, despejada sobre uma moldura feita de bambu com uma malha feita de tecido poroso. Ao drenar a água, ficava sobre a superfície dessa malha uma camada de fibras entrelaçadas, que resultava na folha de papel. Desde o início os chineses perceberam a necessidade do uso de um elemento como “carga” com a finalidade de reduzir a tendência ao espalhamento das fibras. Assim, introduziram o amido de arroz e/ou a cola de líquen na massa de fibras. Depois de feitas, as folhas de papel eram alisadas e polidas com pedras lisas para obtenção de um acabamento regular.

A arte da fabricação do papel passou da China para a Coréia e o Japão e, depois, para o mundo árabe, onde pela primeira vez foram utilizados trapos de algodão como matéria-prima para as fibras. Contudo, o tempo aciona a roda da história e, através dos deslocamentos dos povos, das rotas das caravanas e das conquistas territoriais, o papel e os segredos de sua manufatura são introduzidos no ocidente. Os mouros não tardam em levar para a Espanha todo o seu aprendizado.



A rota do papel

Com o desenrolar dos fatos, este conhecimento se espalha e se propaga principalmente por toda a Itália, onde a primeira marca d'água¹³ européia foi usada em Fabriano em 1282. Os europeus, ao invés de usarem os tradicionais moldes de bambu dos orientais, fabricavam seus próprios moldes a partir da utilização de fios metálicos trançados, formando uma malha fina que era presa a uma moldura de madeira. Por volta do ano de 1495, o papel já estava sendo fabricado com grande envergadura na França, Alemanha, Flandres (região norte da Bélgica), Polônia e Inglaterra.

A história registra que a adoção do papel como alternativa ao pergaminho não parece ter causado nenhum efeito significativo sobre o número de livros produzidos a mão. Entretanto, uma nova era estava despontando na história com a invenção dos tipos móveis e a impressão moderna, por Johannes Gutemberg (1390-1468). E assim, no século XV, por volta de 1450, esta magnífica invenção foi tanto causa quanto efeito para a grande disponibilidade ao uso do papel. Mesmo sendo encarado por muitos com desagrado, o crescimento da produção de livros, desencadeado pelo prelo, exigiu que se utilizasse muito papel para impressão.

¹³ Segundo o livro *Papel, Emoção e História*, lançado pela Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP, São Paulo, 2001), marca d'água ou filigrana eram marcas de fabricação e datas em que o papel era produzido e eram vistas através de transparência. Seus desenhos eram relacionados a armas, brasões familiares e símbolos com o intuito de impedir imitações. Eram bordados com fios de cobre sobre a malha de fios metálicos trançados.

Inicialmente, o papel tinha excelente qualidade como um produto da combinação de trapos de linho, da ausência de substâncias químicas, do mínimo de processamento mecânico e da abundância de água limpa, produzindo assim milhares de livros que ainda hoje se encontram em excelente estado de preservação. Eles são conhecidos nas bibliotecas como os livros raros, impressos em papel de trapo.

Assim sendo, na medida em que aumentou a demanda na impressão de livros, a qualidade do papel começou a decair, em decorrência principalmente da falta de matérias-primas consideradas puras, dos avanços da tecnologia e do crescente uso de substâncias químicas para acelerar o seu processo de fabricação.

A deterioração da qualidade do papel deu-se de forma lenta, porém, em meados do século XIX, mais precisamente a partir de 1850, acelerou-se. Com o início do uso de fibras vegetais consideradas impuras, surge a fibra de celulose da madeira. Este fato trouxe novo alento aos produtores, porém, a curto prazo, descobriu-se que as fibras de polpa de madeira são curtas e retêm grande quantidade de uma substância resinosa chamada lignina. Estas fibras, quando não são quimicamente purificadas, ou seja, quando não se executa a completa remoção desta substância, com o passar do tempo, tornam-se um agente agressor, conferindo ao papel características de acidez que o enfraquecem.

Como parte do método de fabricação do papel, era usado um procedimento denominado encolagem, ou seja, a etapa na qual a folha de papel era submetida a uma solução de gelatina, com a finalidade de conferir-lhe um padrão de printabilidade, um acabamento macio e regular que não lhe permitisse absorver as tintas de escrever e de impressão. Assim, desde o século XIV, a carga utilizada nesta etapa era a gelatina ou um tipo de cola de cartilagem.

Contudo, no desenrolar da fabricação do papel, este procedimento de encolagem sofre uma mudança de produto, surgindo o breu em substituição àquela

substância gelatinosa feita com cartilagem de animais. Simultaneamente é adicionado ao breu o elemento alúmen (um tipo de sal ácido) como recurso para sua solubilização na água. Para muitos fabricantes de papel, este composto alúmen resina (breu) tornou-se o remédio para todos os males, como, por exemplo, a inibição da formação e do crescimento de fungos e bactérias e a maior resistência ao papel, quanto à penetração de tintas. Entretanto, deixa o papel pouco resistente e aumenta sua acidez, além do fato de que, este composto, em combinação com graus elevados de calor e umidade, formará o ácido clorídrico, um dos ácidos mais prejudiciais à celulose.

Papel quimicamente degradado, o livro deteriora-se ao mais simples manuseio.



Mas o progresso diversificou a produção na indústria papelreira e, na atualidade, enquanto alguns fabricantes se dedicam à produção de papeis para fins gerais, como a produção de jornais etc., outros adotam os métodos ditos tradicionais e mais pontuais, produzindo papeis de alta qualidade direcionados a finalidades artísticas. O mercado hoje apresenta grande variedade de papeis com comprovada qualidade e durabilidade. Atualmente, devido à evolução tecnológica no processo industrial, é possível obter-se papeis tão bons como os utilizados no passado.

Por fim, estamos na era do papel dito permanente, aquele que reserva qualidades arquivísticas de preservação. São papeis alcalinos, fabricados a partir do

uso de fibras de ótima qualidade e muito bem tratadas quimicamente. No mundo, de modo geral, e nos Estados Unidos, em particular, já há uma grande quantidade de livros impressos neste tipo de papel¹⁴.



No Brasil já encontramos papeis e cartões alcalinos para diversos usos, porém ainda terá que acontecer grande conscientização dos livreiros e das editoras ao uso pleno deste novo tipo de papel, com vistas a sua permanência e preservação para o futuro.

A conservação preventiva e a reparadora

A arte da preservação é tão antiga quanto a própria civilização humana. De certo modo, podemos dizer que provém do instinto de autopreservação presente em todos os seres vivos (KATHPALIA, 1973).

Atualmente, os profissionais desta área técnica em questão compartilham um consenso a respeito do significado dos termos preservação e salvaguarda, conservação preventiva e reparadora e restauração.

¹⁴ Este é o novo padrão desenvolvido e baseado na : American National Standard for Information Sciences – Permanence of Paper for Printed Library Materials (ANSI Z 39.48:1984) which was revised in 1992. The technical requirements match those of the American National Standard for Permanence of Paper for Publications and Documents in Library and Archives (ANSI/NISO Z39.48:1992).

Assim sendo, a preservação e a salvaguarda de acervos são apresentadas como uma grande “capa protetora” sob a qual se alocam todas as ações técnico-científicas destinadas a esta finalidade, trazendo em si um sentido amplo e abrangedor. Estende-se desde as ações executadas para a manutenção das condições físicas, à permanência e durabilidade dos acervos e dos edifícios que os abrigam, até as decisões de escolha do melhor meio para uma possível reformatação de documentos (microfilmagem ou digitalização), quando houver necessidade da transferência de informações. Deste modo, devemos ter toda atenção para o conhecimento sobre o uso dos novos instrumentos que proporcionam os avanços do saber humano em relação à preservação e salvaguarda do patrimônio cultural.

A conservação preventiva engloba as seguintes situações: controle e manutenção das condições ambientais de umidade relativa, de temperatura, da emissão de luz e da limpeza da área destinada à guarda de acervos contra possíveis ataques de agentes biológicos; formas de armazenagem; cuidados quanto aos materiais adotados para os acondicionamentos; atenção quanto ao manuseio, higienização do acervo, análise e gerenciamento dos riscos capazes de afetar o acervo, e as normas para cessão de obras para exposições nacionais e internacionais. Tudo isso com o objetivo de retardar ao máximo a degradação dos documentos.

A conservação reparadora e a restauração já apresentam características intervencionistas na estrutura dos suportes dos livros e documentos. Cada uma com um nível de aprofundamento específico.

No capítulo 3 sobre segurança, o assunto sobre as condições ambientais consideradas ideais para a preservação de acervos bibliográficos e documentais volta a ser abordado mais especificadamente.

Neste contexto vale ressaltar uma etapa de absoluta importância que é a higienização dos acervos. O termo higienização, incorporado ao jargão técnico da matéria conservação preventiva, descreve a ação de eliminação de sujidades generalizadas que se encontram sobre as obras, como poeira, partículas sólidas, elementos espúrios à estrutura física do papel, a eliminação de grampos e cliques oxidados, objetivando, entre outros fatores, a permanência estética e estrutural da mesma. Esta etapa configura um raio-x do acervo, na medida em que cada livro, cada documento, as estantes e mapotecas onde os mesmos estão localizados, são submetidos a ações de limpeza a seco.

Assim, esta etapa técnica de higienização pode ser executada com o auxílio de um aspirador de pó para a limpeza da obra como um todo, principalmente o corte superior ou cabeça do livro, local onde sempre se deposita toda a poeira em suspensão que existe dentro de uma área de acervo.

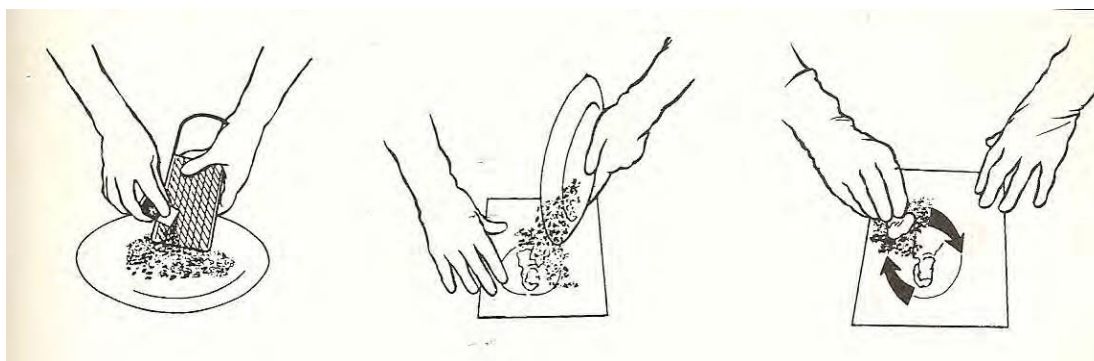


Com a utilização do equipamento chamado mesa de higienização e um pincel de pelos macios para a execução do processo de varredura de todas as folhas e capas de um livro.



Equipamento: Mesa de Higienização
Centro de Conservação / BN / 2009.

E ainda com o uso de pó de borracha (resultante da ação de ralar uma borracha plástica branca em um ralador de aço inox). Esta ação será efetivamente mais usada em documentos planos, tais como: gravuras impressas, partituras musicais, impressos, etc. Colocando-se um punhado deste pó de borracha sobre o documento e, com movimentos leves e circulares, partindo do centro para as bordas, executa-se a limpeza com o auxílio de uma boneca (espécie de chumaço feito com algodão e gaze). Esta operação poderá ser repetida tantas vezes quantas forem necessárias para a limpeza plena do documento. É importante ressaltar que todo o pó de borracha deve ser muito bem retirado do documento, com o uso de um pincel de pelos macios. Todas estas ações devem ser executadas com a maior atenção e cuidado, para não causarem danos às obras.



A conservação reparadora e a restauração já apresentam características intervencionistas na estrutura dos suportes dos livros e documentos. Cada uma com um nível de aprofundamento específico.

A conservação reparadora apresenta-se como um elenco de procedimentos técnicos direcionados a recuperação de algumas deteriorações que podem ocorrer nos livros e documentos, no decorrer de sua vida útil, na maioria das vezes fruto de manuseios, acondicionamentos e armazenamentos considerados inadequados.

Dentre estas deteriorações, as mais comuns são os rasgos de partes dos documentos, as perdas de suporte, e de partes das encadernações como a lombada e as capas dos livros.

Assim, reparos emergenciais são executados, tais como: remendos de folhas, enxertos, obturações, consolidações de capas, reestruturação de lombadas dos livros, visando a recuperação da encadernação. O objetivo é o retorno desse livro, o mais breve possível, ao convívio com o usuário.

Deste modo estamos sempre nos empenhando para mantermos o acervo vivo, mesmo quando não nos damos conta que atividades, por vezes simples, porém repletas de subjetivas intenções, explicitam nossas posturas na direção da preservação dos mesmos.

A restauração

Considerada como um conjunto de ações técnicas de caráter intervencionista nos suportes das obras, a restauração se propõe a executar o trabalho de reversão de danos físicos ou químicos que tenham ocorrido nos livros ou documentos ao longo do tempo. Na Biblioteca Nacional a restauração é adotada para os acervos raros que apresentem um elevado grau de deterioração, e que somente o uso de técnicas relacionadas com a conservação reparadora não sejam suficientes para restituir sua condição estrutural enquanto documentos.

As técnicas de restauração são aplicadas em cada livro ou documento de forma individual e isto implica em um custo elevado e em um tempo longo de trabalho, como também na formação de uma equipe de técnicos especializados e treinados para o exercício de atividades precisas.

Assim, são adotados critérios éticos, estéticos e históricos previamente estabelecidos que serão os guias de todas as procedimentos técnicos a serem executados e desenvolvidos pelos especialistas em restauração de obras raras.

Como parte integrante do extenso panorama de procedimentos técnicos de restauração de livros e documentos, ressaltamos alguns itens de grande relevância que devem ser considerados:

- Os registros da obra a ser restaurada por meio de diagnósticos e fotografias de antes, durante e depois da execução dos tratamentos realizados.
- A garantia do princípio de reversibilidade sobre todos os materiais que forem utilizados nos tratamentos técnicos.
- A atenção com a compatibilidade dos novos materiais a serem utilizados na obra durante os tratamentos.
- A execução de testes prévios de solubilidade das tintas de impressão e de escrita das obras antes da execução de tratamentos técnicos em meios aquosos.
- O uso de técnicas de reenfibragem para partes faltantes dos suportes originais em livros e documentos, através do equipamento ‘máquina reenfibradora de papéis’.



Máquina reenfibradora de papéis, Lab. de Restauração / CoP / BN - 2006

- O uso de encadernação flexível em pergaminho para as obras raras restauradas através da máquina reenfibradora de papéis. Esta é uma política de encadernação para estes casos, adotada e desenvolvida pelos especialistas do Laboratório de restauração da Biblioteca Nacional.



Encadernações flexíveis confeccionadas em pergaminho para obras raras, produzidas no Laboratório de Restauração / CoP / Biblioteca Nacional – 2007.

- A utilização de modelos de acondicionamentos específicos para os livros e documentos restaurados, confeccionados com materiais especiais e que propiciem proteção duradoura aos mesmos.



Caixa confeccionada com papelão rígido, no Lab. de Restauração / CoP / BN, para documento em pergaminho com o selo pendente, de D. João I rei de Portugal – 1431 – Seção de Manuscritos / BN, Por: Fernando Menezes Amaro.

CAPÍTULO 03

A segurança

A palavra “segurança” tem origem no latim *securitas*, *securitatis* e significa “sem preocupações”, cuja etimologia sugere o sentido “ocupar-se de si mesmo”. Em sua definição mais comum, esta palavra refere-se “a um mal a ser evitado”, por isso, segurança é a ausência de riscos, a previsibilidade, a certeza quanto ao futuro. Desse modo, o termo denota uma relação entre o segurado e o risco, que pode ser natural ou humano. Uma catástrofe física, por exemplo, um sinistro e uma ação humana inadequada que se tornou uma ameaça ao próprio homem. O risco humano é, para o desastre, considerado pior do que o natural, pois um é tido por inevitável, ao passo que o outro, o humano, é considerado discricionário, ou seja, livre de restrições legais.

Desta maneira, a segurança, vista como um bem comum, deve ser amplamente divulgada e garantida por meio de um conjunto de convenções sociais. Adotamos o entendimento sobre segurança como o conjunto de elementos que formam um plano definido para impedir danos e combater os agentes prejudiciais à nossa instituição, abrangendo a proteção do edifício, dos bens, dos acervos e dos usuários. Assim, delimitamos como objetivo precípua a integridade física de todo o acervo e dos usuários da Fundação Biblioteca Nacional.

Nestes tempos atuais, pontilhados por catástrofes ambientais, guerras, vandalismos e ódios étnicos, que resultam em destruições de grandes e irreconstruíveis acervos mundo afora, nos voltamos para reflexões do estado da arte em relação às grandes coleções de livros e documentos que estão armazenadas em bibliotecas sob a custódia do Estado.

Nesta história da destruição de livro se observa que a destruição voluntária causou o desaparecimento de 60% dos volumes. Os restantes 40% devem ser atribuídos a fatores heterogêneos, entre os quais se destacam os desastres naturais (incêndios, furacões, inundações, terremotos, maremotos, ciclones, tempestades tropicais etc), acidentes (incêndios etc), os agentes biológicos (como a traça, a broca e outros insetos), mudanças culturais (extinção de uma língua, modificação de uma moda literária) e os próprios materiais com os quais se fabricou o livro (a presença de ácidos no papel de século XIX está destruindo milhões de obras). É difícil conviver com estas questões, mas o certo é que, neste momento, quando você lê estas linhas, pelo menos um livro está desaparecendo para sempre (BÁEZ, 1970, p. 27).

Assim sendo, a segurança toma proporções totais em uma biblioteca, abrangendo completamente o prédio que a abriga, a área física ao seu redor, o acervo, as diversas formas de acesso, os funcionários, os usuários e os administradores, determinando ações precisas e pontuais que irão possibilitar desempenhos técnicos e adequados à permanência de uma trajetória tranquila e sadia para todos na biblioteca.

A avaliação de riscos

Há um consenso entre todos os profissionais que trabalham em uma biblioteca, que na maioria dos casos os chamados riscos de acidentes e desastres podem ser minimizados, reduzidos ou totalmente eliminados, na medida em que seja estabelecido, para a instituição em questão, um programa de emergências amplo, devendo, ao mesmo tempo, ser específico e sistemático, conhecido e entendido por todas as pessoas que trabalham, que pesquisam ou que visitam a biblioteca. O objetivo principal deve ser o fornecimento e o esclarecimento dos meios para reconhecermos, prevenirmos e respondermos com precisão efetiva a todas as emergências, ou seja, as situações críticas, os acontecimentos perigosos ou fortuitos e os acidentes que por ventura ocorram.

Deste modo, a identificação dos riscos, que podem acontecer em uma biblioteca, deve ser tratada com grande atenção, gerando possibilidades de reconhecimento dos problemas, das consequências e da extensão dos danos que podem vir a atingir um determinado acervo.

Contudo, para entendermos melhor os riscos é fundamental conhecermos a classificação dos acidentes e/ou desastres. Desastres naturais são aqueles causados por fenômenos naturais, como: tempestades tropicais, raios, inundações, secas, terremotos, maremotos, ataques de agentes biológicos e poluição atmosférica.

Desastres produzidos e/ou acidentais são aqueles que resultam de falhas humanas, tais como: atos de terrorismo, incêndios, inundações acidentais, explosões, acidentes com produtos químicos, falta de manutenção do prédio, roubos, vandalismos e violência urbana.

Segundo Pedersoli (2008), com a finalidade de gerenciar e controlar os acidentes e/ou desastres, é importante que executemos com todo rigor a tarefa de avaliação de riscos, e isto implica conhecimento dos agentes de deterioração, como também identificação, quando possível, dos três tipos de riscos cabíveis para cada agente que, inadvertidamente, venham a atingir o acervo: os riscos raros, os esporádicos e os contínuos.

Apresentamos, neste contexto, um panorama com a descrição de alguns dos mais consagrados agentes de deterioração, suas formas, seus efeitos e como afetam sobremaneira os acervos bibliográficos e documentais. São os seguintes:

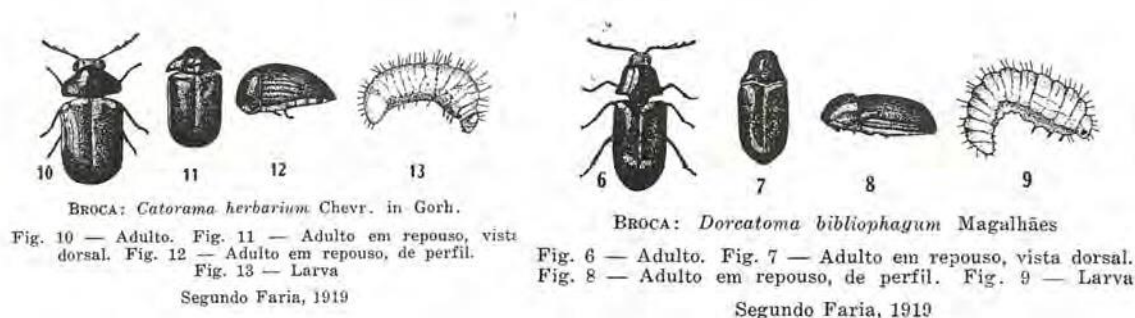
- as forças físicas desencadeadas a partir do armazenamento errado dos livros nas estantes, dos documentos no arcabúzo e mapotecas, que causam efeitos de deformação, rompimentos, arranhões e/ou perfurações;

- os atos criminosos, como roubo¹⁵, que causam o desaparecimento dos documentos, e as ações de vândalos, que desencadeiam mutilações e desfigurações dos mesmos;

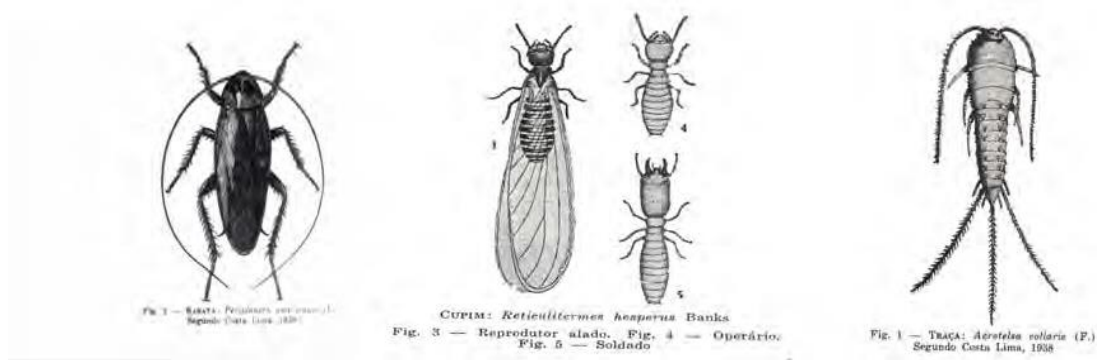
Livro cortado com estilete por usuário no
salão de leitura da Seção de Obras Gerais / BN
2005



- o fogo, que deixa como consequência a queima total ou parcial do acervo, gerando grande depósito de fuligem e a deformação estrutural nos documentos que o compõem;
- a água, que produz danos como deformações, manchas, corrosões, dissoluções, desintegrações e enfraquecimentos nos suportes originais dos documentos;
- as pragas (insetos, roedores, pássaros), cuja ação resulta em perfurações, perdas de partes dos objetos, defecação, depósitos espúrios, manchas generalizadas e o enfraquecimento das partes que compõem os livros;

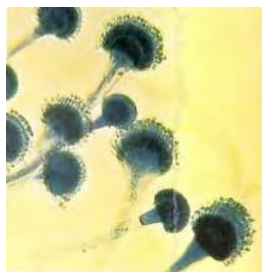


¹⁵ Nestas situações comunicar-se com a Polícia Civil - RJ (21) 3399-3041 / 3399-5000. Contatar também órgãos internacionais, como a Interpol – <http://www.interpol.int/public/workofart/defaultfr.asp>



- os poluentes (pó, líquidos e gases), que desencadeiam deposições irreversíveis de poeiras, desintegrações, corrosões, manchas e descolorações;
- a luz, devido à emissão dos raios ultravioletas, que causa o esmaecimento, a descoloração, os enfraquecimentos, os amarelecimentos e também os escurecimentos dos documentos;
- a temperatura incorreta, que propicia ações de deterioração mais acelerada por reações químicas, o enfraquecimento e possivelmente fraturas dos materiais;
- a umidade relativa incorreta, que possibilita o surgimento de fungos, de deformações, de manchas e o enfraquecimento geral dos livros;

Livro com infestação de agente biológico (fungo),
Acervo BN – 2007.



Fungos visto através de microscópio óptico.



- a dissociação, ou seja, a guarda de um livro ou documento em local errado, que não corresponda à sua classificação, gerando consequentemente sua “perda”¹⁶ e a das informações sobre ele dentro de um acervo.

A partir da identificação e da visualização dos agentes de deterioração potencialmente capazes de afetar um acervo, estaremos aptos a iniciar um trabalho investigativo sobre os tipos de riscos que os envolvem.

Tomemos como exemplo o agente água de deterioração, um dos mais conhecidos e temidos para o acervo, e vamos relacionar os tipos de riscos por ele provocados. Uma grande inundação, desencadeada por uma intensa tempestade tropical terá seus efeitos classificados como um risco raro, na medida em que grandes tempestades não acontecem o tempo todo. Para estes casos, precisaremos da contribuição de uma equipe de especialistas treinados, que saibam como atuar prontamente para que os acervos, como um todo, não sejam danificados.

Por outro lado, os danos causados por goteiras, a partir de problemas na rede hidráulica, nos telhados, ou por consequência da entrada de chuva de vento através de vidros quebrados nas janelas, podem ser classificados como risco esporádico, pois poderão ser potencialmente resolvidos por uma equipe de agentes dos chamados serviços gerais da instituição, na medida em que isto não venha a configurar uma grande ameaça ao acervo.

Por fim, as infiltrações, ou umidades ascendentes por capilaridade, que podem ocorrer nas paredes dos prédios das bibliotecas, poderão ser classificadas como risco contínuo, na medida em que sua extinção total, na maioria das vezes, está condicionada a intervenções arquitetônicas e ações orçamentárias que, grosso modo, exigem algum tempo para serem executadas, podendo configurar como potenciais ameaças ao acervo;

¹⁶ Modernamente, as bibliotecas já estão adotando a etiqueta com código de barras aderida aos livros, o que lhes confere maior segurança.

A identificação dos agentes de deterioração e a classificação dos riscos devem ser ações desenvolvidas com atenção e precisão, como também descritas em relatórios e registradas através de fotografias. Estes agentes podem e devem ser examinados quanto a duas grandes categorias que os relacionam: os riscos externos, ou seja, aqueles que estão relacionados aos fenômenos naturais, como as condições meteorológicas, a poluição atmosférica, a situação geográfica e social da área urbana e do entorno onde está localizado o edifício da biblioteca; e os riscos internos, ou seja, os que são originários das falhas nas condições estruturais e arquitetônicas do edifício, as instalações elétricas e de gás, os materiais inflamáveis, as canalizações de água, as instalações sanitárias, os laboratórios, as cozinhas, a vigilância sobre os visitantes, os usuários e os funcionários, como também sobre todos os objetos que entram e saem do edifício.

Todos estes itens, isolados e/ou em conjunto, traduzem, em maior ou em menor grau, a vulnerabilidade a que estão sujeitos os acervos das bibliotecas, o edifício que os abriga, como também a sua população.

Não podemos deixar de registrar outro aspecto de suma importância dentro do campo da segurança, que é a biossegurança.

O conceito de biossegurança, estabelecido em 2003 pela Comissão Técnica de Biossegurança da Fiocruz (CTBio-Fiocruz), diz que:

Biossegurança é um conjunto de saberes direcionado para a ação, prevenção, minimização ou eliminação dos riscos inerentes às atividades de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços, às quais podem comprometer a saúde do homem, o ambiente e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos¹⁷.

¹⁷ Francelina Helena Alvarenga Lima e Silva - Bióloga pela Universidade Santa Úrsula, especialista em Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e Mestre em Ciência da Informação pelo IBICT-MCT – Escola de Comunicação/ECO-UFRJ. In: *Segurança e Saúde dos Profissionais em Conservação*. Mast Coloquia, vol. 9, p.204.

A preocupação e o desenvolvimento deste campo específico de pesquisa relacionado à biossegurança para profissionais que atuam junto a acervos de bibliotecas e para os conservadores-restauradores de bens culturais vêm sendo aos poucos difundidos e assimilado. A área de pesquisa está intrinsecamente ligada ao ambiente, à higiene e à segurança do trabalho. Ainda diz respeito, dentro de uma avaliação de agentes de deterioração, aos relacionados aos riscos químicos, biológicos e físicos.

Como riscos químicos podem ser citados os contatos com substâncias químicas e tóxicas, como solventes em geral, tinturas, anilinas e tantos outros produtos utilizados em trabalhos de conservação e restauração, como também em atividades de limpeza de ambientes laboratoriais.

Os riscos biológicos estão relacionados aos microorganismos, como as bactérias, os fungos, os parasitas e os insetos de maneira geral, que podem ser encontrados em meio aos acervos documentais.

Os riscos físicos, neste caso, dizem respeito ao campo ergonômico, que trata da otimização das condições de trabalho humano por meio de métodos da tecnologia e do desenho industrial.

Recomendações para prevenção de riscos em áreas de trabalhos técnicos

Neste ponto, apresentamos algumas recomendações direcionadas à prevenção de riscos de acidentes nas áreas técnicas de conservação e restauração:

- ter conhecimento do grau de toxicidade dos produtos químicos antes de usá-los;
- manter todos os produtos químicos devidamente rotulados e ter atenção quanto aos prazos de validade;

- nunca despejar pelo ralo da pia ou da área de trabalho os produtos químicos com validade vencida ou considerados ultrapassados¹⁸;
- nunca armazenar produtos químicos com alimentos ou bebidas;
- a maneira ideal de armazenamento destes produtos é em armários com sistema de exaustão direcionado ao exterior da área de trabalho;
- a forma correta para o uso de produtos químicos é sempre por meio de uma capela de exaustão.
- nunca manter solventes químicos em frascos de boca larga ou béqueres sem tampa durante algum trabalho específico. Já existem no mercado frascos com tampas especiais para esta finalidade;
- proteger sempre a pele com luvas, os olhos com óculos especiais e usar máscaras adequadas durante o manuseio de solventes químicos;
- não fazer refeições dentro do local de trabalho e não armazenar guloseimas dentro de gavetas ou armários;
- manter toda a atenção durante o uso de equipamentos cortantes, como guilhotinas, tesourões etc.;
- estar sempre atento e preparado para casos de emergências;
- ter conhecimento de como utilizar o equipamento extintor portátil contra fogo;
- preferencialmente não trabalhar sozinho dentro das áreas técnicas de conservação, restauração ou encadernação;
- manter um kit de materiais, sempre atualizados, para os primeiros socorros na área de trabalho.

¹⁸ O Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro mantém um serviço de coleta para estes produtos.

O gerenciamento de riscos

A captação dos recursos financeiros que devem ser destinados à gestão dos trabalhos a serem executados no âmbito do campo da conservação preventiva para o edifício que abriga uma biblioteca e seu acervo é, na maioria das vezes, um grande problema enfrentado por aqueles que têm esta imensa responsabilidade, embora seja reconhecidamente encarado como um assunto de grande importância e esteja sempre nos discursos dos presidentes e diretores das instituições por todo o país.

A gestão de um plano de conservação preventiva para uma biblioteca de pequeno ou médio porte não é uma tarefa simples e, neste caso, para a Biblioteca Nacional, com seu monumental edifício e seu acervo com cerca de nove milhões de títulos, traduz-se como uma tarefa hercúlea.

Bem sabemos que, com o estabelecimento de um planejamento de prevenção e combate a sinistros, ou seja, um plano de emergências bem estruturado, conhecido e aceito por todos que trabalham e pesquisam na instituição, poderá transformar-se em um poderoso fator de pressão e sensibilização para os dirigentes no sentido da captação de recursos para o seu financiamento.

Contudo, é de vital importância todo o apoio estratégico e financeiro dispensado pelo primeiro escalão da instituição ao chamado plano de emergências que, entre seus objetivos, distingue a proteção da vida humana como fator de importância máxima.

A segurança do prédio, do acervo e dos usuários

Já adotamos como premissa básica, nesta nossa trajetória discursiva, que a conservação preventiva tem como objetivo prioritário assegurar que uma biblioteca, formada pelo seu edifício e seu acervo, permaneça disponível às futuras gerações. Assim, sempre será melhor prevenir ou reduzir *a priori* os danos que possam ocorrer. Neste sentido, há aqueles que afirmam que a prevenção é melhor que a cura. Bem, guardadas as devidas proporções neste caso específico, não podemos deixar de reconhecer que o edifício que abriga uma biblioteca se constitui na primeira linha de defesa contra os inimigos.

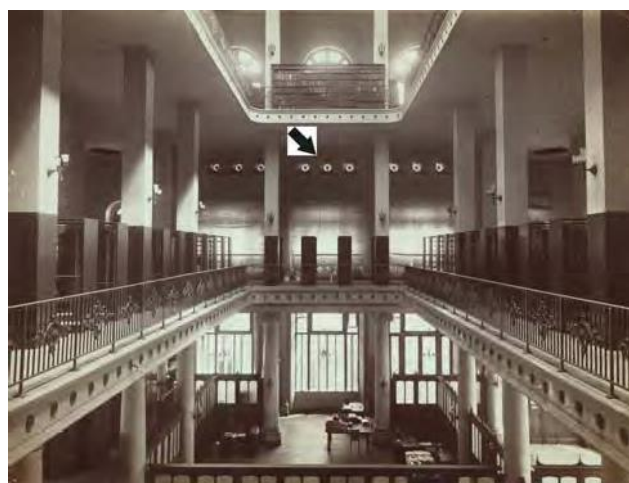
Contudo, a compreensão sobre a grande importância e o cuidado que devemos ter com o edifício que abriga uma biblioteca não se apresenta como uma novidade. O arquiteto romano Vitruvius, no século I a.C., declara que o local adequado para uma biblioteca em uma casa deve ter uma ventilação saudável e não deve ter excesso de umidade (BANKS, 1999).

O edifício que abriga a Biblioteca Nacional foi concebido e construído com a finalidade de abrigar livros e documentos, e isto fez a diferença. Erguido de frente para a grande avenida da cidade, voltado para o sol poente, o edifício, com seus grandes espaços internos e seu altíssimo pé direito, decorrente de seu singular desenho arquitetônico, atravessa o grande terreno e quase que encosta no que foi um dia o morro do Castelo.

Naquele momento, a cidade e o local da biblioteca apresentavam uma condição meteorológica peculiar. A proximidade do mar, a presença do morro e a ausência de sistema de refrigeração no Brasil da época foram fatores cruciais que, supostamente, devem ter impulsionado os construtores do edifício a idealizarem um

sistema de ventilação para seu interior similar ao princípio de ventilação existente em uma chaminé.

E assim foram executadas no alto das paredes dos armazéns de livros, próximo ao teto, várias passagens redondas, semelhantes a “escotilhas”, que serviam como veículos para a saída do ar quente, que, por ser mais leve, era expulso do ambiente pelo ar frio que entrava através das janelas abertas dos grandes salões de leitura e pesquisa da época, situados abaixo dos referidos armazéns existentes dos lados esquerdo e direito do edifício, desencadeando uma grande movimentação de ar em seu interior, com o objetivo de propiciar conforto aos usuários.



Armazém de livros / BN indicando os locais das ‘escotilhas’ de ventilação, com salão de leitura na base – 1909.



Armazéns de livros, hoje, com a Seção de Processos Técnicos na base – 2009.

A ventilação ou renovação de ar no interior de um edifício ajuda na sua conservação, na medida em que evita o aumento de umidade e, conseqüentemente, torna o ar mais sadio para a população que o frequenta. Porém, com as janelas abertas, o perigo se fazia presente para a biblioteca, com a entrada de grande quantidade de poeira urbana, carregada de monóxido de carbono, maresia, devido à proximidade do mar, e de toda diversidade de insetos que certamente existiam no entorno do edifício. Tudo isso sem mencionar o excesso de poluição sonora oriunda da movimentação de veículos e de outros ruídos comuns na vida da cidade.

O tempo passou e com ele a cidade se transformou. Então, a partir de 1920, o morro do Castelo começa a ser demolido, pelo método chamado hidráulico, considerado mais rápido, com a utilização de fortes e possantes jatos d'água. Como contam os historiadores; esse método foi utilizado a despeito da grande busca aos lendários tesouros deixados pelos jesuítas escondidos nas galerias e porões da igreja e do grande colégio existente no morro, que já vinham sofrendo fortes pilhagens em consequência da extinção da Companhia de Jesus e da expulsão dos jesuítas do Brasil desde 1759, por ordem expressa do Marquês de Pombal.

Os destroços do morro serviram como aterro na baía da Guanabara, na área em frente ao prédio que atualmente abriga o Museu Histórico Nacional, onde viria acontecer a grande Exposição Internacional de 1922 em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. Em conjunto com todas as argumentações políticas da época contra o morro, havia aqueles que defendiam também uma mentalidade sanitarista, afirmando que o morro fora, havia muito tempo, classificado como um grande obstáculo a ser vencido na busca do saneamento e do embelezamento da cidade do Rio de Janeiro.

A partir das grandes transformações que se sucederam, surge, nos fundos da biblioteca, a Rua México, e com ela um novo bairro chamado Castelo, com suas

ruas famosas e com inúmeros edifícios de grande importância para a vida política, social e administrativa da cidade.

Durante longos anos, a biblioteca viveu com suas janelas abertas para proporcionar a ventilação de seus espaços internos. Conta a história que, por muitos anos, o homem tentou livrar-se do calor utilizando gelo, ventiladores e tantos outros métodos, porém sem sucesso. O ano de 1902 é marcado como o da invenção do ar condicionado, que é definido tecnicamente como o processo de tratamento de ar destinado a controlar simultaneamente a temperatura, a umidade, a pureza e a distribuição de ar em um meio ambiente. Criado por Willys Carrier, o aparelho retirava a umidade através do resfriamento do ar. Foi primeiramente usado com sucesso em uma indústria de papéis que contabilizava problemas durante o verão, com os papéis absorvendo a umidade do ar, dilatando-se e causando borrões e desalinhos nas imagens impressas. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi usado principalmente em aplicações industriais; posteriormente, a partir dos anos 1950, iniciou-se o desenvolvimento do sistema visando ao conforto humano.

Somente nos anos 1960 e, posteriormente, nos anos 1980 estes aparelhos chegam, efetivamente, à biblioteca e, a partir daí, são instalados em várias áreas do prédio, visando, naquele momento, ao conforto dos seus funcionários e usuários. Desde então, as janelas e “escotilhas” nunca mais se abriram. Esta nova realidade trouxe, sem dúvidas, benefícios e também problemas, e o acervo, como um todo, passou a “sofrer” em suas áreas de guarda com o liga-desliga desses aparelhos de ar condicionado até os dias de hoje.

Contudo, através de estudos e pesquisas já iniciados, ora em desenvolvimento na biblioteca, em parceria com a Coordenadoria de Preservação (CoP) e com um especialista em climatologia¹⁹, estamos, inicialmente na Seção de Iconografia, coletando os níveis atuais de temperatura e umidade relativa por meio

¹⁹ Antonio Carlo Oliveira – Museólogo, Climatologista, Msc em Arquitetura /UFRJ.

do equipamento *datalogger* e também estudando o nível de incidência de luz artificial existentes na seção.



Equipamento Datalogger, Fonte: <http://www.unityinst.com.br/2511.JPG>.

Nossa meta é chegarmos ao controle dos níveis mais estáveis para as áreas de acervo, dentro de suas realidades atuais, assegurando assim a estabilidade necessária, sem oscilações, que efetivamente propiciarão a longevidade dos livros e documentos.

O objetivo primordial desta pesquisa é adquirirmos os padrões aceitáveis de ambientação²⁰ para que não ocorram flutuações nem períodos prolongados de condições úmidas, pois são estes que favorecem as atividades de insetos, fungos e bactérias, findando por expor o acervo ao dano biológico. Além disso, deve evitar que ocorram danos causados por poluentes gasosos e partículas nocivas encontradas no meio urbano da cidade. Vale registrar que hoje, na biblioteca, as áreas de guarda de acervos são compartilhadas com os bibliotecários e os usuários, e isto implica uma preocupação maior, que é a configuração das condições ambientais para o acervo e a geração de um conforto ambiental para os que lá trabalham e pesquisam juntos, dentro das áreas de guarda.

Outro aspecto em questão desta pesquisa é o estudo da insolação que atinge o prédio da biblioteca em todas as suas faces. Assim sendo, passaremos a ter elementos com os quais poderemos nos orientar no futuro para um possível rearranjo de estanterias e mobiliários de armazenamento de coleções raras e preciosas, na direção de locais mais adequados, como também devemos adotar a instalação de

²⁰ Condições ambientais aceitáveis: umidade relativa de 65% e temperatura de 25°C.

filtros contra raios ultravioletas nas grandes janelas de vidro das áreas de acervo com maior insolação no prédio da biblioteca.

Apresentamos, em anexo, uma sequência de três gráficos denominados carta solar, oriundos do *software* Solar da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde são apresentadas as faixas de insolação durante o verão e o inverno, demonstrando um teor de iluminação média no prédio da biblioteca durante a manhã, próxima às janelas, e durante a tarde uma iluminação por reflexão, nunca perdendo de vista nosso objetivo de assegurar melhorias e maior conforto nos locais onde também trabalhem técnicos e bibliotecários.

Apresentamos a seguir uma sequência de plantas arquitetônicas dos cinco andares do edifício, com o estudo sobre as áreas de insolação e as localizações de todos os segmentos que compõem a biblioteca.

1º andar - Nível Rua México

LEGENDA:

- 1 - Coord. Microrreprodução / COMIC.
- 2 - Centro de Conservação / COP.
- 3 - Lab. de Restauração / COP.
- 4 - Informática.
- 5 - Elevadores de acesso ao Prédio.
- 6 - Escada de acesso ao 2º andar.
- 7 - Porta de Ent / Saída p/ Rua México.
- 8 - Divisão de Administração / DMA.
- 9 - Galeria Eliseu Visconti.
- 10 - Auditório Machado de Assis.
- 11 - Porta Ent / Saída da galeria e auditório p/ o jardim.
- 12 - Porta Ent / Saída da COMIC p/ o Jardim
- 13 - Banheiros



Estudo de insolação

LEGENDA :

- fachada NE
- fachada SE
- fachada NO
- fachada SO

Fachadas em vermelho e laranja absorvem mais radiação proporcionando aquecimento aos ambientes. Deve-se evitar expor/guardar acervo perto das janelas (laranja e vermelho). Carta Solar fonte: software SOLAR – Universidade Federal de Santa Catarina

Fachada em azul insolação de verão de 06:00 até 12:00, Inverno praticamente sem insolação, desta forma provoca uma iluminação média pela manhã próxima as janelas e durante a tarde iluminação por reflexão.

Fachada em laranja insolação de verão de 06:00 até 12:00, Inverno de 6:00 até 14:00, iluminação direta pela manhã e iluminação por reflexão durante a tarde.

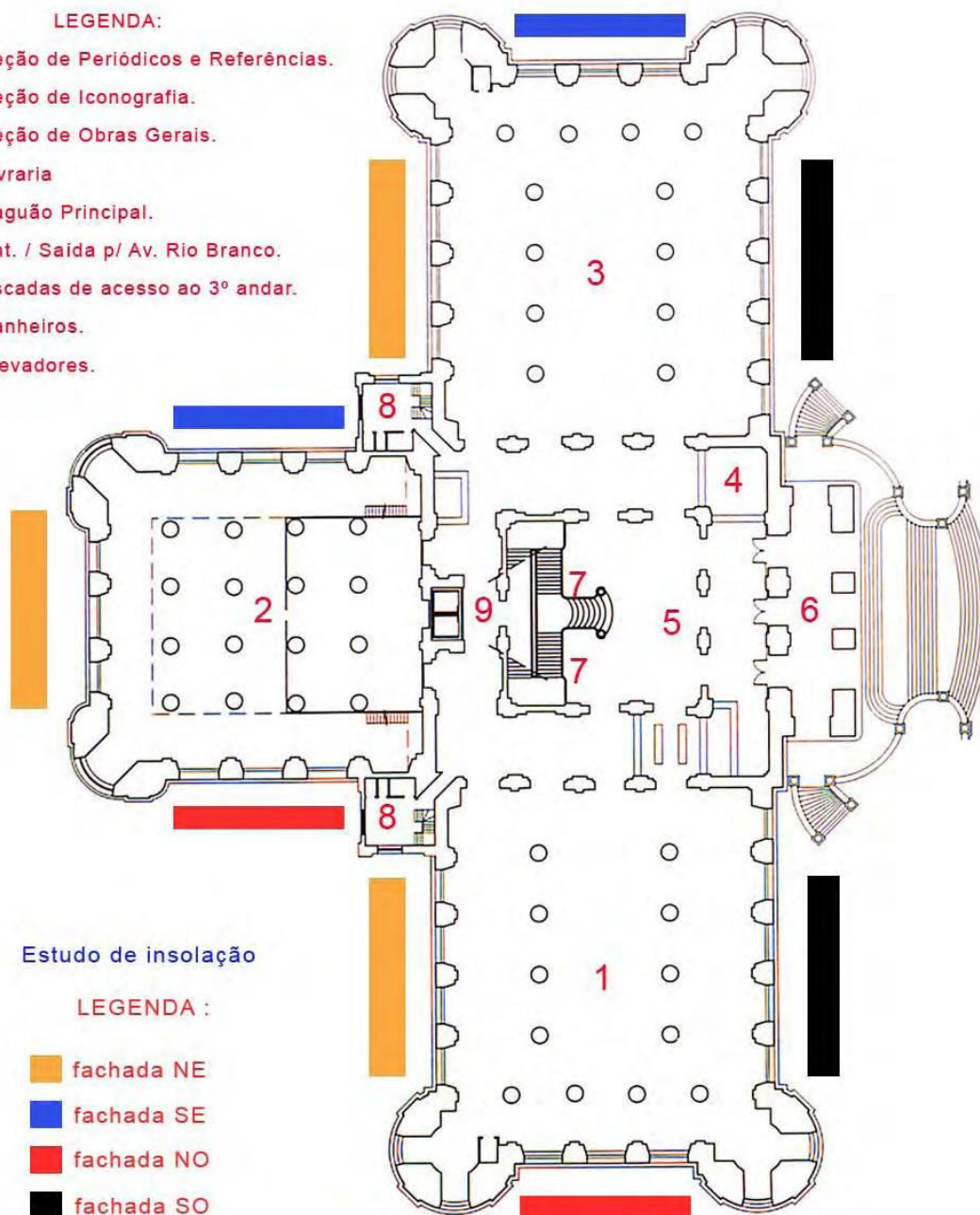
Fachada em vermelho insolação de verão de 12:00 até 18:00, Inverno de 06:00 até 18:00, boa iluminação nos períodos de funcionamento da BN

Fachada em preto insolação de verão de 12:00 até 18:00, Inverno de 13:00 até 17:00, iluminação por reflexão durante a manhã e iluminação direta durante a tarde.

2º Andar - Nivel Avenida Rio Branco

LEGENDA:

- 1 - Seção de Periódicos e Referências.
- 2 - Seção de Iconografia.
- 3 - Seção de Obras Gerais.
- 4 - Livraria
- 5 - Saguão Principal.
- 6 - Ent. / Saída p/ Av. Rio Branco.
- 7 - Escadas de acesso ao 3º andar.
- 8 - Banheiros.
- 9 - Elevadores.



Estudo de insolação

LEGENDA :

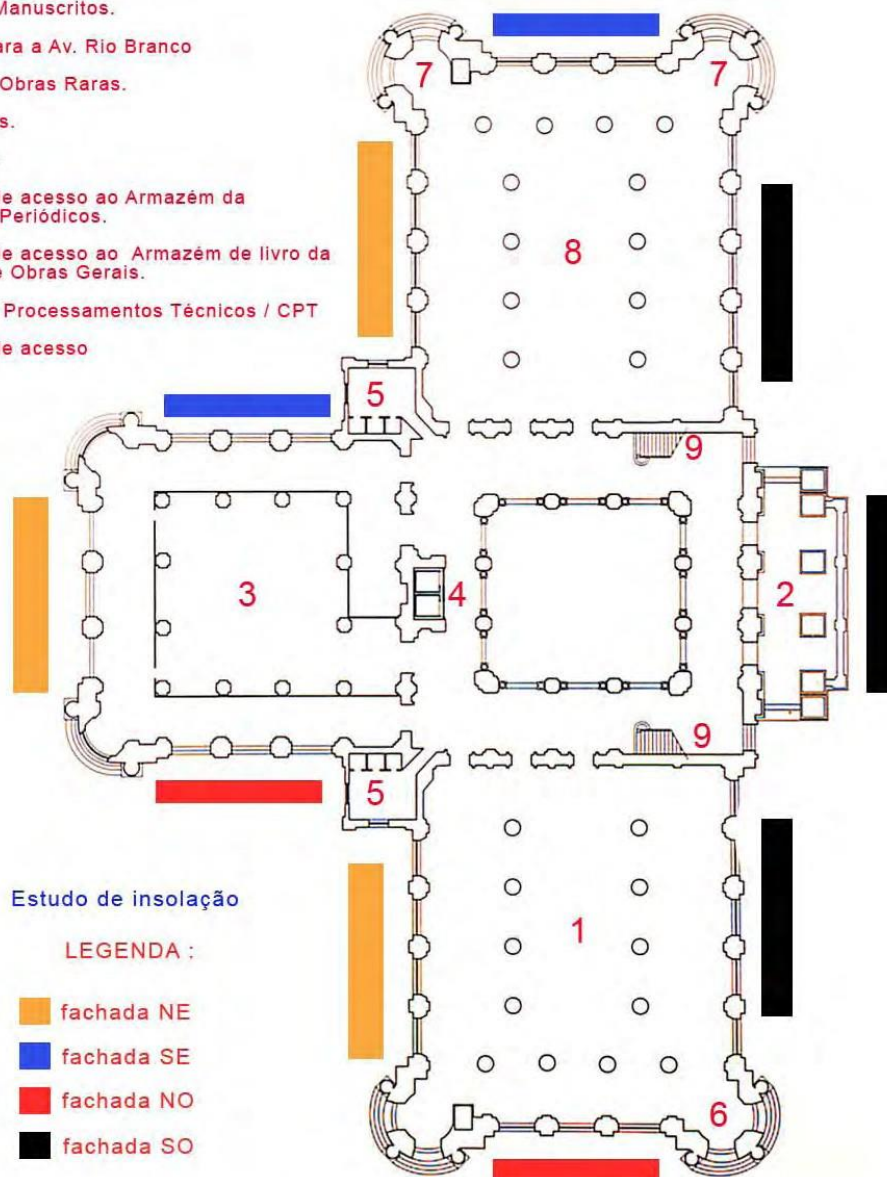
- fachada NE
- fachada SE
- fachada NO
- fachada SO



3º andar

LEGENDAS :

- 1- Seção de Manuscritos.
- 2- Varanda para a Av. Rio Branco
- 3 - Seção de Obras Raras.
- 4 - Elevadores.
- 5 - Banheiros
- 6 - Escadas de acesso ao Armazém da Seção de Periódicos.
- 7 - Escadas de acesso ao Armazém de livro da Divisão de Obras Gerais.
- 8 - Centro de Processamentos Técnicos / CPT
- 9 - Escadas de acesso



Estudo de insolação

LEGENDA :

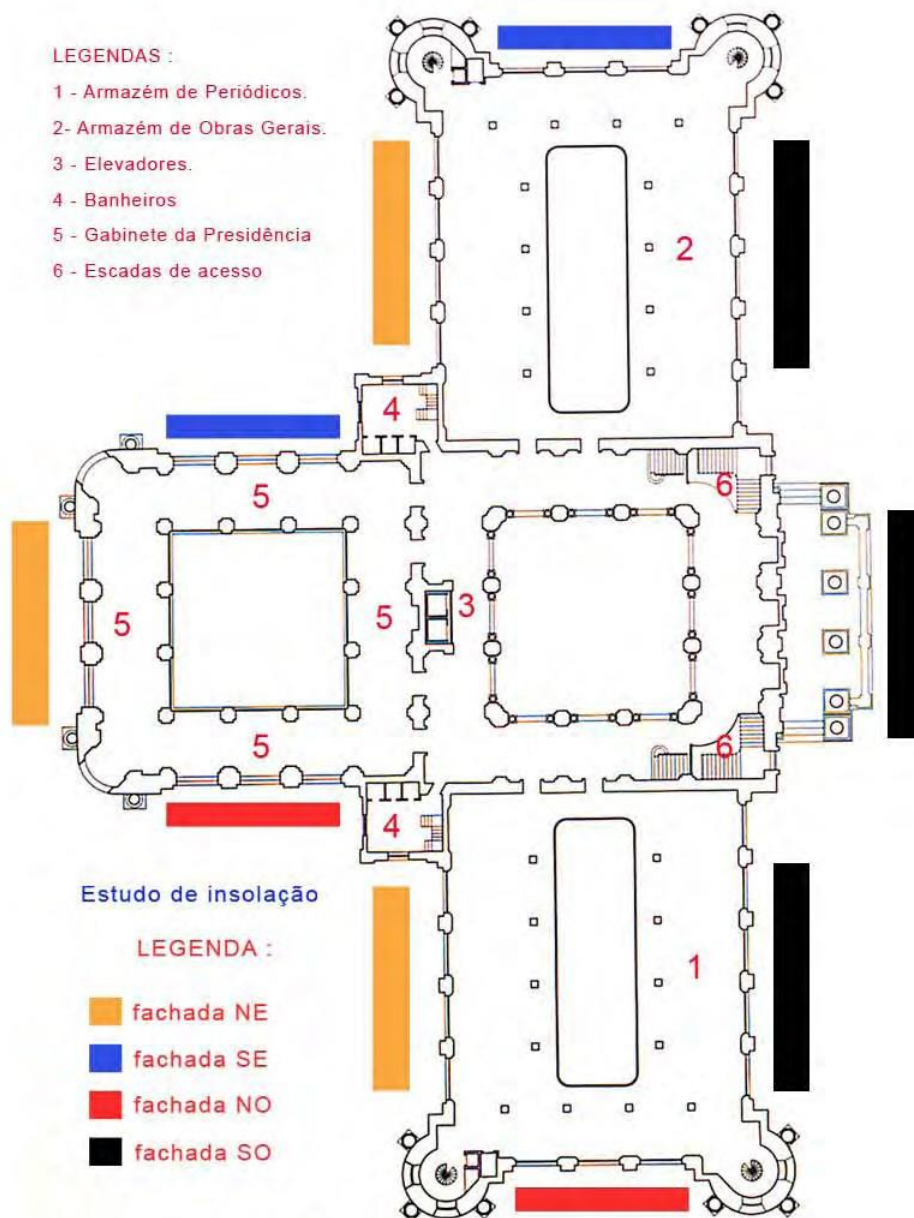
- fachada NE
- fachada SE
- fachada NO
- fachada SO



4º Andar

LEGENDAS :

- 1 - Armazém de Periódicos.
- 2- Armazém de Obras Gerais.
- 3 - Elevadores.
- 4 - Banheiros
- 5 - Gabinete da Presidência
- 6 - Escadas de acesso



Estudo de insolação

LEGENDA :

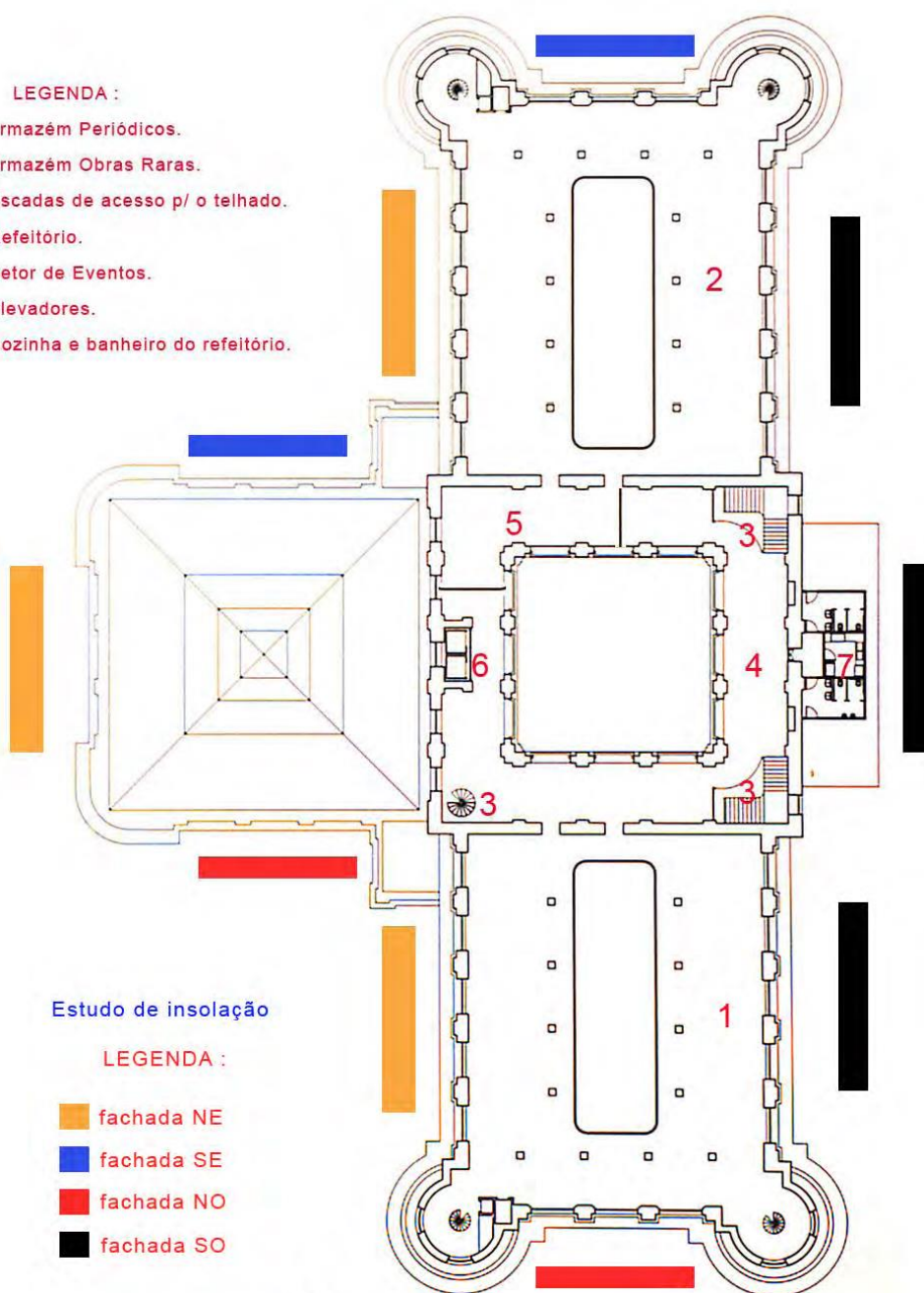
- fachada NE
- fachada SE
- fachada NO
- fachada SO



5º andar

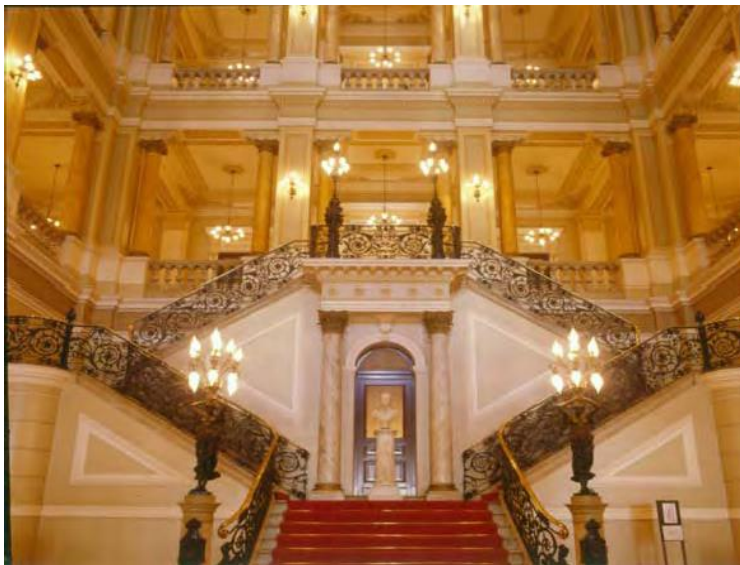
LEGENDA :

- 1 - Armazém Periódicos.
- 2 - Armazém Obras Raras.
- 3 - Escadas de acesso p/ o telhado.
- 4 - Refeitório.
- 5 - Setor de Eventos.
- 6 - Elevadores.
- 7 - Cozinha e banheiro do refeitório.



3

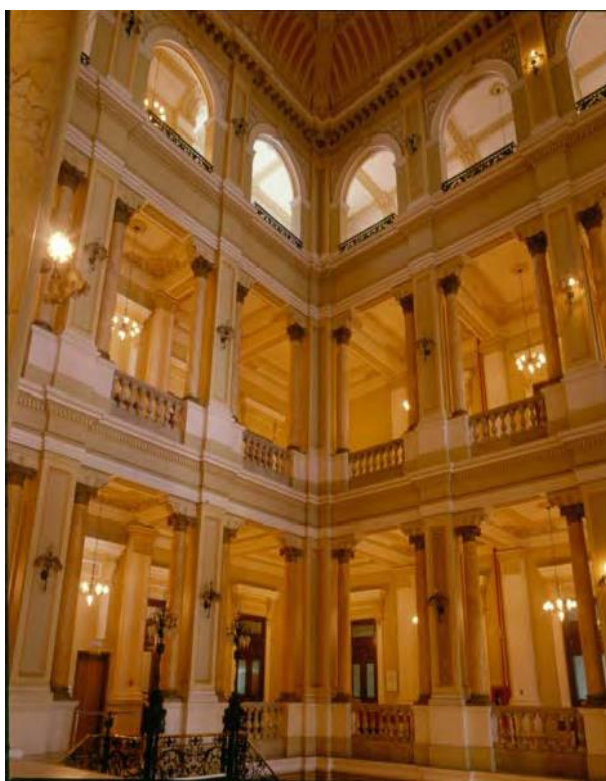




Saguão principal, acesso ao terceiro andar do prédio da BN.



Visão da base à clarabóia do saguão principal do prédio da BN.



Visão dos andares no interior do Prédio da BN



Escada de acesso entre os andares do prédio.

Hoje podemos, a partir da coleta de dados no Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), apresentar um panorama gráfico de normas climatológicas referente aos períodos de 1931-1960 e de 1961-1990 sobre temperatura média e umidade relativa na cidade do Rio de Janeiro como amostragem para a necessidade de refrigeração, demonstrando que no período de 1931 até 1961 a temperatura e a umidade da cidade eram menores que no período de 1961 até 1990 (vide gráficos anexo). Assim sendo, podemos inferir que, tendo sido a ambientação da cidade em níveis menores naquela época, a perspectiva da existência de um grau de conforto ambiental à época não deve ser de todo descartada.

A Brigada de Incêndio

Segundo a norma regulamentadora NR 23, do corpo de bombeiros, de proteção contra incêndios, fica estabelecido que todas as empresas, públicas ou privadas, devem possuir: proteção contra incêndio; saídas suficientes para evacuação de pessoal em serviço em caso de incêndio; equipamentos suficientes para combater o fogo no seu início e pessoas treinadas para usar estes equipamentos.

A Fundação Biblioteca Nacional, através da Coordenadoria da Brigada de Incêndio, em parceria com a Divisão de Manutenção Administrativa e com o apoio da Associação de Servidores da Biblioteca Nacional (ASBN), vem desempenhando ações sistemáticas direcionadas à prevenção deste sinistro em seu edifício.

O grande temor do homem urbano em sua vida de trabalho diário em edifícios da cidade é se ver atingido pela ação de um incêndio, o que pode ocorrer de forma acidental ou intencional.

O fogo, desde os primórdios do mundo, foi o elemento essencial no surgimento das civilizações e o primeiro na vida do homem a dar-lhe boa alimentação e a promover o sentido de segurança coletiva.

Serviu para salvar e para consagrar as divindades, como também para destruir. O fogo reduz o espírito de uma obra e, no caso de queima de livros, a racionalidade intemporal deixa de ser racionalidade para se converter em cinzas.

No rastro da história escrita através dos tempos, há registros da destruição de muitas bibliotecas, arquivos, museus, igrejas, castelos e monumentos pela ação de incêndios. Por toda a gama de motivos e, apenas para citarmos um, a destruição pelo fogo da biblioteca e do arquivo nacionais do Iraque durante esta guerra midiática em curso nos dias atuais, causando a destruição de manuscritos raros da Pérsia antiga e muito mais.

Em nosso caso, ante esta terrível ameaça, adotamos atitudes mais pragmáticas de prevenção e partimos para a convocação de voluntários nas seções de guarda de acervos e em outros segmentos da casa, com o intuito de formar o que convencionamos chamar “brigada de incêndio voluntária da biblioteca”.



Bottom dos brigadistas voluntários da BN.

Todos os setores apresentaram seus candidatos e, a partir daí, formalizamos uma grande programação de treinamentos para manuseio de extintores portáteis contra fogo e técnicas de primeiros socorros. A biblioteca contratou os serviços do especialista e perito de incêndio e explosão Gil Kempers, capitão do Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro, para assumir a responsabilidade pelos

treinamentos, como também para proferir palestras sobre o assunto e dar toda assistência necessária à implantação das rotinas da brigada no edifício da biblioteca.



Gil Kempers, capitão do Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro durante os treinamentos - 2007

No momento estamos nos preparando para executarmos um grande exercício de prevenção de incêndios, que é o da evacuação total de todo o contingente de funcionários que trabalha no prédio da biblioteca, e isto já vai acontecer com a participação do grupo de brigadistas voluntários, treinados e preparados para esta tarefa como elemento antipânico, fator de grande responsabilidade em caso real.

Assim sendo, instituímos o que chamamos de brigada de incêndio diurna, que atende às necessidades de emergência durante o horário comercial de funcionamento da instituição, inclusive com instruções de procedimentos para salvaguarda de obras que, por ventura, venham a ser molhadas no decorrer de alguma ação de extinção real de fogo.

A brigada profissional de emergência noturna é formada pelo corpo de guardas que têm treinamentos específicos de combate a sinistros e compõem o quadro de guardas vigilantes que atuam fora do horário de expediente funcional, em fins de semana, feriados e em todos os dias em que não há movimentação de funcionários ativos no prédio da biblioteca.

A seguir apresentamos algumas atribuições consideradas importantes e adotadas pela equipe da brigada de incêndio:

- exercer prevenção, combater princípios de incêndio e efetuar salvamentos;
- conhecer e avaliar os riscos de incêndio existentes;
- promover e participar das inspeções periódicas no edifício;
- conhecer todas as vias de escape do prédio;
- conhecer os locais onde estão situados os equipamentos de proteção contra incêndio (extintores, hidrantes, detectores, alarmes etc.);
- conhecer todas as áreas internas do edifício;
- conhecer os princípios de funcionamento de todos os equipamentos de proteção contra incêndio;
- estar sempre atento e atender imediatamente a qualquer chamado de emergência;
- agir de maneira rápida e enérgica em situações de emergência;
- inspecionar os setores ao término do expediente, verificando se todos os equipamentos foram desligados;
- participar de treinamentos periódicos da brigada;
- fiscalizar a inspeção de manutenção dos equipamentos de proteção contra incêndio.

O planejamento para prevenção de desastres

Nunca podemos esquecer que um desastre pode acontecer a qualquer hora e em qualquer lugar em uma instituição. Assim sendo, um plano de prevenção de desastres tem que ser encarado como um contra-ataque ao desastre. É estatisticamente anunciada que a maior frequência de desastres que ocorrem em bibliotecas é relacionada a fogo e água. Então, este planejamento será explicado de

forma clara, direta e explícita ao combate destes sinistros e deverá ser do conhecimento de todos os funcionários. Por conseguinte, três são as etapas consideradas mais importantes para salvaguarda da biblioteca: a prevenção, a capacidade de resposta e a recuperação.

É de suma importância registrar que neste planejamento estão incluídos todos os procedimentos estabelecidos para a formação e treinamento da equipe da brigada de incêndio voluntária da biblioteca.

Deverá ser elaborada e divulgada por toda a biblioteca uma listagem com os nomes, telefones ou ramais de todos os chefes das seções de guarda de acervos, dos diretores e também os nomes dos membros da equipe da brigada de incêndio, a localização de suas seções de trabalho no edifício, seus telefones ou ramais e seus celulares.

Deste modo, na biblioteca, caberá ao Chefe da Divisão de Manutenção e Administração e ao Coordenador de Preservação a responsabilidade da coordenação e aplicabilidade deste planejamento de prevenção. É fundamental registrar que, em caso de desastre, será este contingente supracitado e mais o corpo de funcionários e técnicos ativos, os agentes da manutenção e administração e a equipe de guardas que faz a vigilância, que serão convocados, imediatamente, a prestarem socorro ao que for necessário. Jamais devemos esquecer o número 193, que é o de emergência do Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro.

A prevenção são todas as medidas que serão tomadas para evitar ou minimizar os riscos de um desastre fora e dentro do edifício e no acervo da biblioteca.

No edifício é de crucial importância um exame sistemático no que diz respeito a:

- vistoria constante nos telhados;
- verificação do pleno funcionamento dos para-raios;
- observar se existem telhas quebradas;
- manter sempre limpas e desobstruídas todas as calhas e drenos;
- conferir se há vidros quebrados nas clarabóias;
- verificar se a pintura das paredes se apresentam descascadas indicando a presença de infiltrações e umidades;
- checar se todas as janelas estão fechando perfeitamente e com segurança e se existe alguma com vidros quebrados;
- registrar se há presença de fungos nas paredes;
- identificar a presença de baratas ou roedores no edifício;
- executar uma investigação detalhada na rede elétrica quanto ao seu bom uso, se há sobrecargas, se as condições físicas da fiação estão satisfatórias e se há o uso de benjamim nas tomadas elétricas;
- verificar se as tubulações de água estão em bom estado ou enferrujadas;
- conferir se as portas de escape do edifício estão em bom funcionamento;
- observar se existem objetos, mobiliários etc. armazenados em locais que possam causar obstruções de locomoção no edifício;
- verificar se no entorno do prédio as árvores estão bem tratadas e podadas e se o jardim está limpo e bem cuidado;
- averiguar se o sistema de iluminação ao redor do edifício é eficiente.

Quanto à prevenção de riscos de incêndio existentes dentro do prédio, é importante manter constantes vistorias e responder as seguintes perguntas:

- Os extintores portáteis de incêndio são em número suficientes para todas as áreas do prédio?
- Estão situados em locais de fácil acesso e com visibilidade para todos?
- Estão situados em locais determinados pelo Corpo de Bombeiros?
- Há placas com sinaléticas explicativas sobre os diferentes tipos de extintores?
- Os extintores são frequentemente vistoriados e recarregados?
- Há detectores de fumaça dentro das áreas de guarda de acervos, dos salões de leitura e nas outras áreas do prédio?
- O prédio dispõe de alarmes de incêndio em pleno funcionamento?
- Onde eles estão situados?
- As mangueiras de água dos equipamentos contra fogo estão em bom estado de conservação?
- Existem sinaléticas fluorescentes colocadas em locais estratégicos que orientem a saída de funcionários em caso de corte total de energia no prédio?
- Há luminárias especiais em locais específicos que se acenderão em caso de corte de energia elétrica no interior do edifício? Onde estão situadas?
- Existem caixas especiais com tampas de vidro para guarda de cópias de chaves de portas, localizadas na parte externa de áreas consideradas estratégicas e de segurança no edifício?
- Existem aparelhos elétricos em uso dentro das áreas de guarda de acervos, como, por exemplo, cafeteiras?
- Na biblioteca existe um local determinado para almoço e lanches dos funcionários, como, por exemplo, um refeitório?
- É permitido fumar dentro do edifício da biblioteca?

É absolutamente importante que os resultados das investigações e das vistorias executadas fora e dentro do edifício da biblioteca sejam sempre divulgados para todos os chefes das áreas de guarda de acervos, para os agentes da manutenção e administração, para a equipe da brigada de incêndio, para o chefe da equipe de guardas que faz a vigilância, para a equipe de conservadores e restauradores, e para todos os bibliotecários e técnicos que, trabalhando com acervos, estão, por força da profissão, envolvidos com a preservação e a segurança da biblioteca, configurando assim uma forma de informação preventiva e participativa em caso de necessidade imediata.

Como foi dito antes, os grandes “vilões” que nos roubam o sossego e provocam grandes estragos dentro de uma biblioteca são o fogo e a água.

Na medida em que todas as precauções forem adotadas e registradas, inclusive com fotografias, configurando um modo informativo e tornando-as públicas para a população da biblioteca, passaremos a contar com um elemento de grande estratégia preventiva.

Outra etapa de grande importância é nossa capacidade de resposta a um desastre. Se a população da biblioteca, já mencionada anteriormente, estiver devidamente informada e consciente dos resultados das referidas investigações e vistorias realizadas no edifício, poderemos considerar que já contamos com um tipo de preparação psicológica e também estratégica deste grupo para uma convocação imediata à atuação de salvamentos de livros e documentos em caráter de emergência. E assim poderemos eliminar ou minimizar um sério elemento que se faz presente em todos nós nestas horas: o pânico.

A partir daí surgiram as questões básicas: O que vamos fazer em primeiro lugar? Com que equipamentos? Como vamos nos proteger? Que tipos de materiais vamos usar para isto?

Em primeiro lugar, o chefe ou responsável pela área onde acontecer o desastre deverá fazer uma chamada de pedido de socorro imediato ao chefe da equipe dos agentes de manutenção e administração, ao chefe da equipe da brigada de incêndio, ao chefe da equipe de conservadores e restauradores e ao chefe da equipe de guardas, cujos nomes e telefones constam da lista que já foi preparada e divulgada anteriormente na biblioteca e deverá estar afixada em local de fácil acesso em todas as áreas da instituição.

Caso o desastre seja um princípio de incêndio, vale lembrar que, no caso da biblioteca, há um ou dois funcionários em todas as áreas de acervos e demais, que fazem parte da equipe da brigada voluntária de incêndio e que são pessoas treinadas e preparadas para utilizarem o extintor portátil contra fogo em casos de emergências, até a chegada do corpo de bombeiros. Este tipo de atitude preventiva, com o apoio dos funcionários, deve ser um exemplo a ser seguido.

Caso o desastre seja uma inundação ou qualquer outro motivo que leve o acervo a ser atingido por água, os primeiros procedimentos devem ser os mesmos acima citados, ou seja, efetuar a chamada de pedido de socorro imediato para as chefias das equipes já mencionadas.

Iniciar os trabalhos de secagem do acervo, sob a orientação de especialistas em preservação e seguir atentamente as orientações apresentadas a seguir:

- selecionar um local seguro e distante da área do desastre para levar os livros e os documentos atingidos;
- nunca tentar abrir um livro molhado ou úmido abruptamente, pois há o risco de uma ruptura total ou parcial do mesmo, aumentando o dano;
- utilizar papéis mata-borrão ou absorventes para iniciar o processo de secagem das capas do livro;

- introduzir pedaços de papel mata-borrão entre as capas, pressioná-los levemente, retirar estes já molhados e repetir a operação com papéis secos. O objetivo é eliminar a água o máximo possível;
- tentar, com todo o cuidado, a introdução de papel mata-borrão no meio do livro, prosseguir nesta colocação de mata-borrão entre pequenos lotes de folhas até atingir as capas anterior e posterior;
- nunca expor os livros ao sol para secar, pois, além dos danos causados pela ação dos raios ultravioletas , a rápida secagem gera deformações no papel;
- os mapas e documentos planos devem ser estendidos sobre uma mesa e sobre grandes folhas de papel mata-borrão e estes devem ser trocados com regularidade.
- utilizar aparelhos desumidificadores tanto na área atingida pelo desastre, quanto na área escolhida para a execução das operações de secagem, com o objetivo de reduzir a umidade relativa a níveis seguros, fazendo leituras regulares com os aparelhos termohigrômetros e registros destes níveis.



Aparelho Desumidificador (frente e verso)



Aparelho Termohigrômetro

Para melhores resultados a temperatura deve ser inferior a 21°C e a umidade inferior a 50%, para que não ocorra o desenvolvimento de fungos.

É muito prudente que exista nas seções de guarda de acervos um kit de materiais disponíveis ao uso em casos de emergências e neste deve constar:

- um rolo de plástico transparente;
- caixas de plástico para transporte de volumes;
- máscaras especiais contra poeiras;
- rolo de fita crepe;
- tesoura e estiletes;
- luvas de borracha;
- óculos de proteção;
- pacote de papel mata-borrão;
- lanternas e pilhas;
- cestas grandes de plástico para lixo;
- aparelhos circuladores de ar;
- extensões elétricas de 5, 10 e 15 metros;
- aventais e guarda-pós disponíveis;
- aparelhos desumidificadores;
- panos de algodão para usos diversos.

Enfim, para que um planejamento de prevenção de desastres tenha seu êxito garantido em uma biblioteca, deve em primeiro lugar, contar com o aval estratégico e operacional do corpo diretor e administrativo da instituição, com a cumplicidade e parceria dos funcionários e, finalmente, com a cooperação de todas as pessoas que exerçam funções de apoio no prédio da biblioteca.

A Coordenadoria de Preservação da biblioteca e sua equipe técnica devem funcionar como mediadores entre estes três segmentos da instituição, no comprometimento com o planejamento em si, com a formação de equipes de trabalho e com o estabelecimento de supervisões, rumo ao sucesso de um programa desta envergadura.

Texto Final

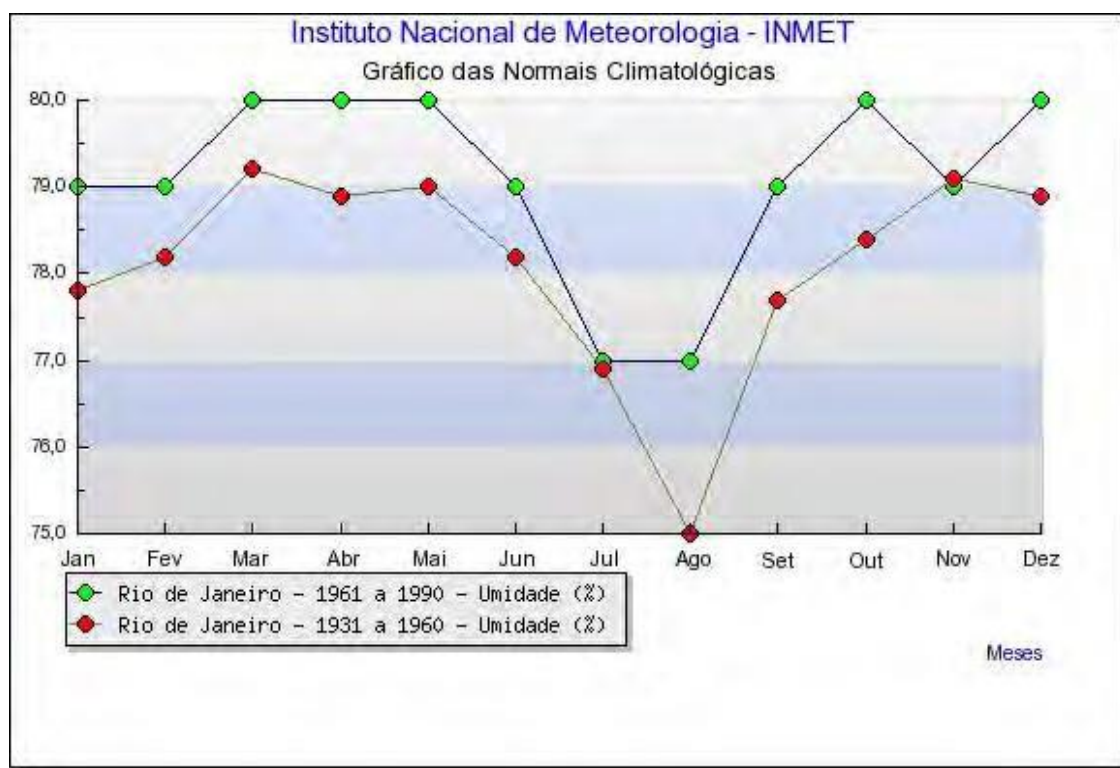
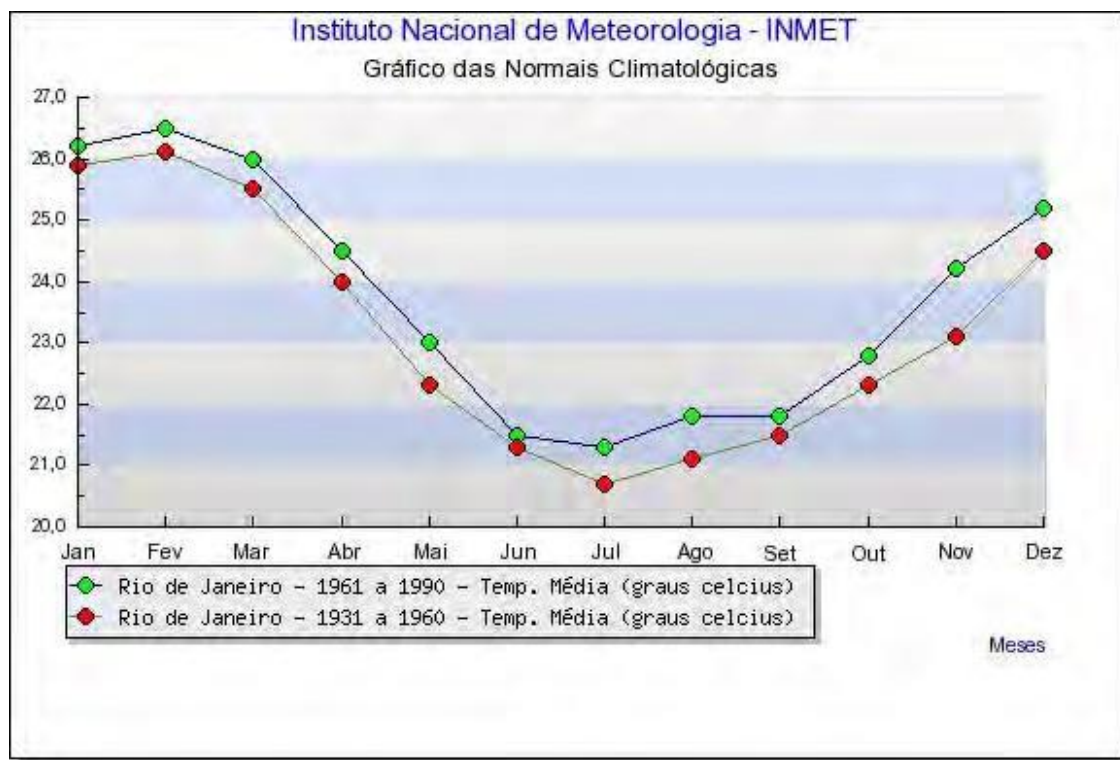
Chego a este ponto em perfeita concordância com o pensamento expressado pela Profa. Lucia Lippi Oliveira ao final de seu trabalho *Cultura é Patrimônio*, FGV, 2008 “guias não tem mesmo conclusão, são obras abertas”. E está é uma grande diferença no conceito da construção deste tipo de trabalho, em relação a um manual técnico.

Assim, neste sumário de idéias, busquei sintetizar nossa participação enquanto atores com objetivos fundamentais e específicos, em exercício profissional no campo da preservação de bens culturais, neste caso nos acervos bibliográficos e documentais da Biblioteca Nacional, para os anos vindouros. Contudo, precisamos nos aprofundar com mais intensidade na elaboração de programas voltados para este campo da preservação, como também para o papel a ser exercido pela ciência neste processo.

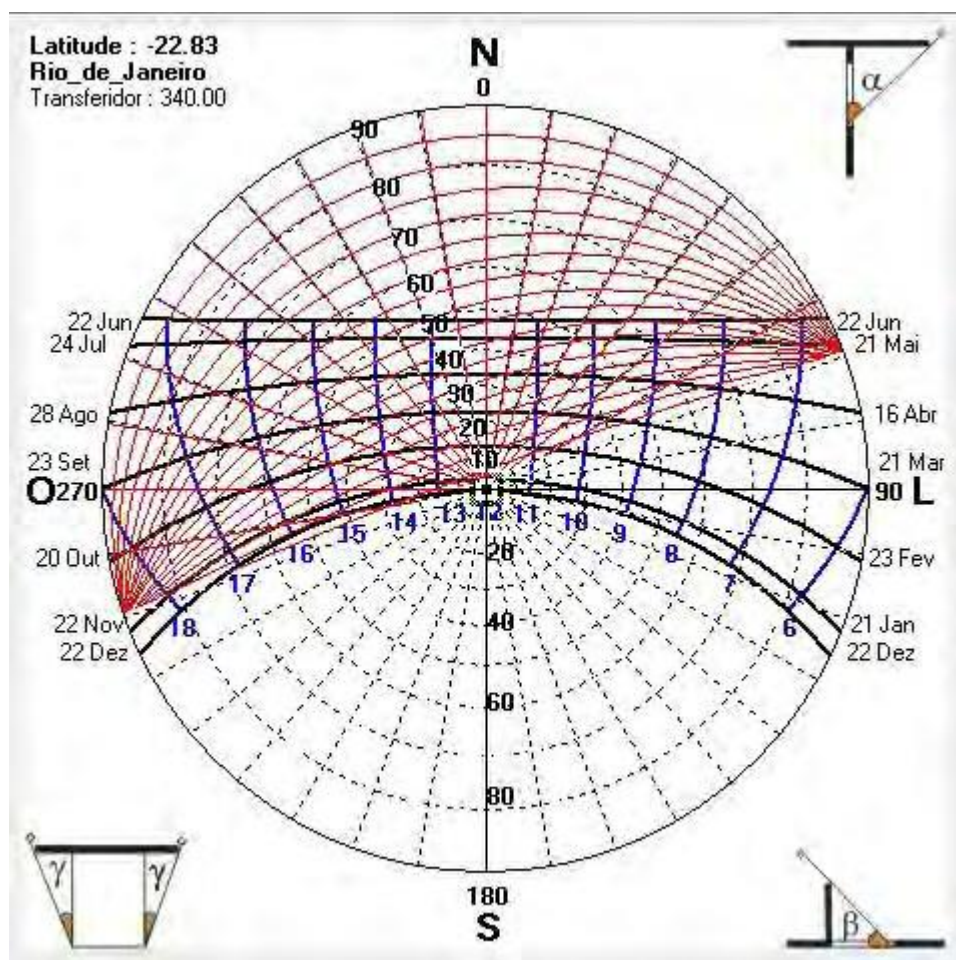
Por outro lado, a preocupação com a segurança e com a gestão de riscos nas instituições, vêm há algum tempo, a reboque, compondo a grande questão da preservação. Além disso, são os princípios de solidariedade e de cidadania que também devem ser discutidos, assim como a concepção geral de uma co-responsabilidade dos indivíduos como cidadãos, à frente dos perigos que os ameaçam.

Diante de um quadro de proporções limitadas de recursos disponíveis para questões culturais hoje em nossa sociedade, torna-se inexorável nossa compreensão em prevenir antes de intervir, limitando tanto quanto possível, qualquer ação física invasiva. O objetivo principal deve ser sempre alterar o mínimo possível as obras que chegaram às nossas mãos, e com toda responsabilidade deixá-las preservadas e protegidas para os brasileiros que virão.

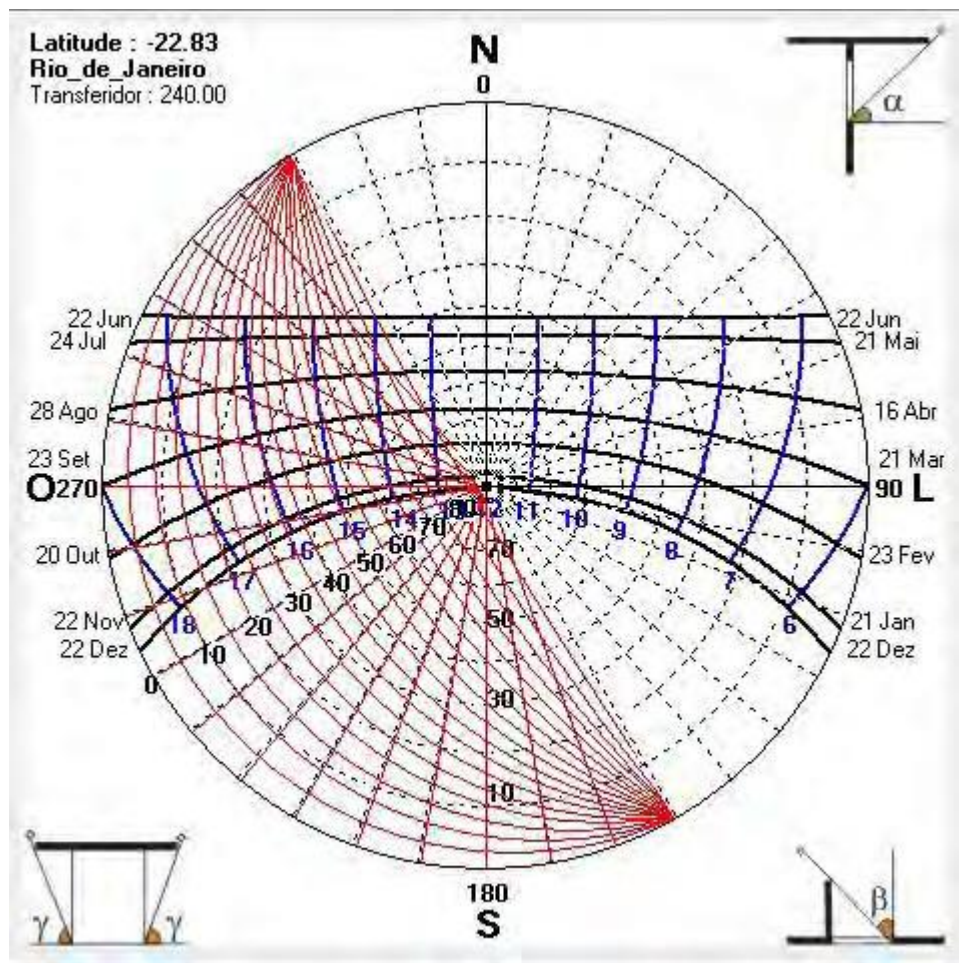
Anexos



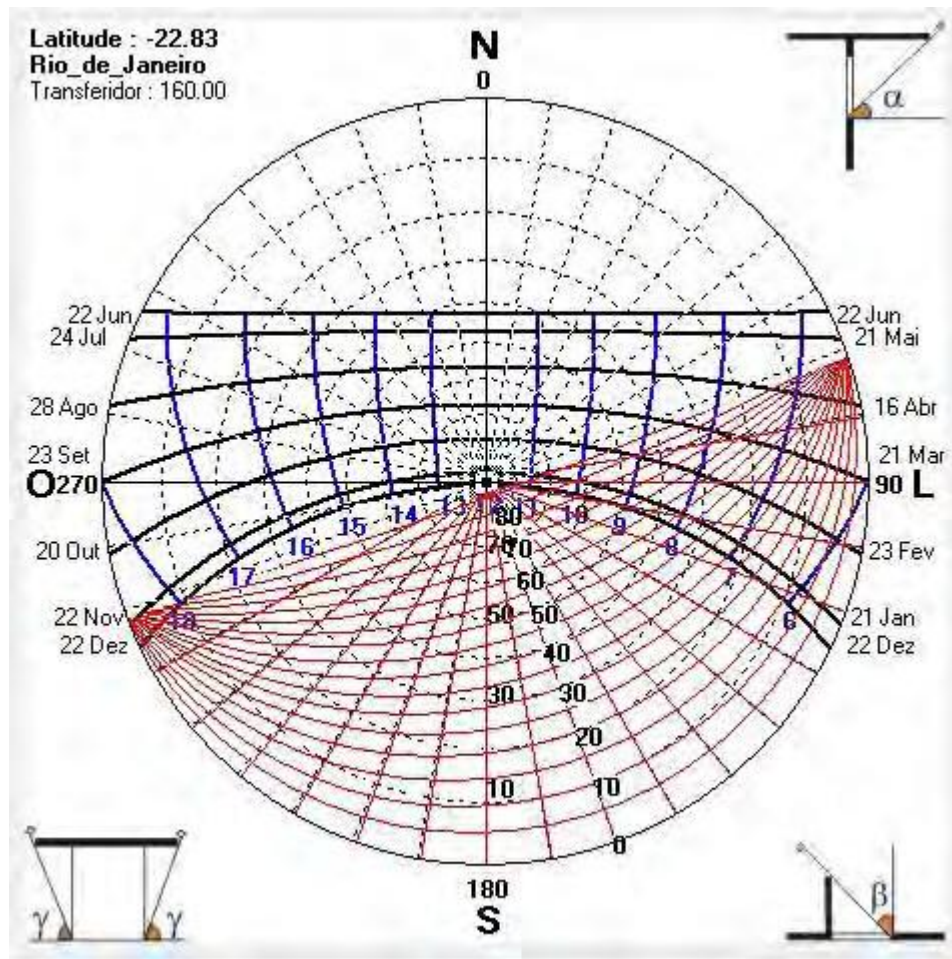
Neste gráfico de temperatura média do período de 1931 até 1960 a temperatura média do Rio de Janeiro é menor que o período de 1961 até 1990. A umidade relativa também apresenta-se menor ao longo do ano, confirmando que a necessidade de refrigeração era menor no primeiro período de 1931 até 1961.



Carta Solar fonte: software SOLAR – Universidade Federal de Santa Catarina
Fachada em azul insolação de verão de 06:00 até 12:00.
Inverno praticamente sem insolação



Fachada em laranja insolação de verão de 06:00 até 12:00, Inverno de 6:00 até 14:00



Fachada em vermelho insolação de verão de 12:00 até 18:00, Inverno de 06:00 até 18:00

CÓDIGO DE ÉTICA

INTRODUÇÃO

CÓDIGO DE ÉTICA DO CONSERVADOR-RESTAURADOR

- 1. Relação com os bens culturais**
- 2. Pesquisa e documentação**
- 3. Relação com proprietário ou responsável legal**
- 4. Relação com o público**
- 5. Relação com colegas e com a profissão**

INTRODUÇÃO

Conservar e restaurar obras do patrimônio histórico, artístico e cultural é uma profissão que requer de quem a ela se dedica extensa cultura, treinamento e aptidões especiais.

Aos cuidados destes profissionais são entregues bens culturais que constituem herança material e cultural da sociedade. Por bens culturais entendemos aqueles objetos a que a sociedade atribui particular valor artístico, histórico, documental, estético, científico, espiritual ou religioso. A sociedade atribui ao conservador-restaurador o cuidado destes bens, o que exige grande senso de responsabilidade moral, além da responsabilidade em relação ao proprietário ou responsável legal, a seus colegas e a seus supervisores, à sua profissão, ao público e à posteridade.

Entendemos preservação de modo abrangente, compreendendo todas as ações que visam retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso dos bens culturais. Conservação-restauração seria o conjunto de práticas específicas, destinadas a estabilizar o bem cultural sob a forma física em que se encontra, ou, no máximo, recuperando os elementos que o tornem compreensível e utilizável, caso tenha deixado de sê-lo. Por conservação preventiva designamos o conjunto de ações não-interventivas que visam prevenir e/ou retardar os danos sofridos, minimizando o processo de degradação dos bens culturais.

O papel fundamental do conservador-restaurador é a preservação dos bens culturais para benefício da atual geração e das gerações futuras. Para tal, este profissional realiza diagnóstico, tratamentos de conservação e restauração dos bens culturais, a respectiva documentação de todos os procedimentos, além do estabelecimento de atividades referentes à conservação preventiva.

É ainda da competência do conservador-restaurador:

- Desenvolver programas de inspeção e ações de conservação e restauro.
- Emitir pareceres técnicos e dar assistência técnica para a conservação e restauro dos bens culturais.

- Realizar pesquisas sobre a conservação e restauro. (materiais e métodos).
- Desenvolver programas educacionais, de treinamento, e lecionar conservação e restauro.
- Disseminar informação obtida através do diagnóstico, tratamento ou pesquisa.
- Promover conhecimento e maior entendimento sobre conservação e restauro.

O conservador-restaurador não é artista, nem artesão. É um profissional de nível superior, que pode ser oriundo das áreas de ciências humanas, exatas ou biológicas. O artista e o artesão criam, dominam as técnicas e podem conhecer bem os materiais, mas não possuem a formação, nem dispõem de conceitos fundamentais para a intervenção em bens culturais.

O presente código visa estabelecer normas e princípios que orientem o conservador-restaurador na boa prática de sua profissão.

CÓDIGO DE ÉTICA DO CONSERVADOR-RESTAURADOR

1. Relação com os bens culturais

1. Toda a atuação do conservador-restaurador deve ser orientada pelo absoluto respeito ao valor e significado estético e histórico, bem como à integridade física dos bens culturais que lhe estejam afetos.
2. O conservador-restaurador deve contratar e empreender apenas os trabalhos que possa realizar com segurança, dentro dos limites de seus conhecimentos e dos equipamentos de que dispõe, a fim de não causar danos aos bens culturais, ao meio ambiente ou aos seres humanos.
3. Sempre que for necessário ou adequado, o conservador-restaurador deve consultar especialistas de qualquer uma das atividades que lhe complementem a atuação, envolvendo-os em ampla troca de informações.
4. Em qualquer situação de emergência onde um bem cultural esteja em perigo iminente, o conservador-restaurador deve dar toda a assistência possível, independentemente de sua área de especialização.
5. O conservador-restaurador deve levar em consideração todos os aspectos relativos à conservação-preventiva, antes de intervir em quaisquer bens culturais e sua iniciativa deverá restringir-se apenas ao tratamento necessário.
6. O conservador-restaurador, em colaboração com outros profissionais relacionados com a salvaguarda dos bens culturais, deve levar em

consideração a utilização econômica e social dos bens culturais, enquanto salvaguarda desses mesmos bens.

7. Em qualquer trabalho executado em um bem cultural o conservador- restaurador deve envidar esforços para atingir o máximo de qualidade de serviço, recomendando e executando aquilo que julgar ser o melhor no interesse do bem cultural, independente de sua opinião sobre o valor ou qualidade do mesmo e sempre de acordo com o princípio do respeito e da mínima intervenção possível.
8. É obrigação do conservador-restaurador realizar intervenções que permitam, no futuro, outras opções e/ou futuros tratamentos, não devendo a forma de utilização e os materiais aplicados interferir, sempre que possível, com futuros diagnósticos, tratamentos ou análises. Os materiais aplicados devem ser compatíveis com aqueles que constituem os bens culturais e devem ser evitados produtos e materiais que ponham em risco a integridade da obra.
9. O conservador-restaurador nunca deve remover materiais originais ou acrescidos dos bens culturais, a não ser que seja estritamente indispensável para a sua preservação, ou que eles interfiram em seu valor histórico ou estético. Neste caso será retirada uma amostra, que embora mínima, possibilite a identificação do problema. Para tal, será solicitado o consentimento do proprietário ou responsável legal. O material removido deve ser, se possível, conservado, como parte da documentação do bem cultural.
10. Na compensação de acidentes ou perdas, o restaurador não deve, eticamente, encobrir ou modificar o que existe do original, de modo a não alterar suas características e condições físicas após o evento.
11. É responsabilidade do conservador-restaurador manter-se atualizado frente ao progresso, as pesquisas e inovações desenvolvidas em seu campo de trabalho, bem como buscar constantemente o aprimoramento de seu discernimento, bom senso, habilidades e perícia.
12. Sendo responsável pela proteção, guarda e preservação do objeto que lhe foi confiado, o conservador-restaurador não deve contratar, ou admitir em sua equipe, pessoas insuficientemente treinadas, a não ser que possa estar permanentemente presente na constante supervisão dos trabalhos.
13. Nos casos em que a utilização ou exposição de um bem cultural seja prejudicial à sua preservação, o conservador-restaurador deve alertar o proprietário ou seu responsável legal dos riscos a que este está submetido. Havendo necessidade de reproduzir uma obra removida de seu local de origem, esta reprodução deverá ser feita por um especialista, evitando o uso de materiais e procedimentos nocivos à obra original.

2. Pesquisa e Documentação

14. Antes de iniciar qualquer ação ou intervenção em uma obra o conservador-restaurador deve colher todas as informações capazes de gerar e salvaguardar o conhecimento a seu respeito, além de levar a cabo um acurado exame de sua composição e estado de conservação, recorrendo para isto, se necessário, a instituições e técnicos de outras áreas, nacionais ou internacionais. Os resultados desse exame devem ser extensamente anotados e documentados, fotograficamente, por meio de gráficos, mapas, tabelas e análises estatísticas. Baseado nestes dados, o restaurador elaborará um relatório sobre a peça e estabelecerá o procedimento a ser seguido, o qual deverá ser apresentado ao proprietário ou guardião legal do bem.
15. Durante o tratamento devem ser anotadas todas as intervenções de conservação-restauração, como produtos químicos (com a proporção ou percentagem de cada componente, da mistura) e técnicas empregadas, seus efeitos e resultados, bem como quaisquer informações consideradas relevantes. A documentação fotográfica deverá acompanhar os passos mais expressivos do tratamento e registrar o efeito final da obra após o término do trabalho.
16. Esta documentação poderá ser apresentada em congressos ou publicada em periódicos técnicos. Deverá, ainda, ser fornecida sob a forma de relatório, ao proprietário ou responsável legal pelo bem cultural, aos curadores de museus e instituições. Entretanto, no caso de pessoas sem o devido conhecimento técnico, não é aconselhável o fornecimento da listagem de materiais químicos e detalhamento de sua utilização, a fim de evitar possíveis danos causados pelo uso inadequado.
17. Toda esta documentação comporá um dossiê, propriedade intelectual do conservador, que passará a ser parte integrante do bem cultural em questão.

3. Relação com proprietário ou responsável legal

18. O restaurador tem a liberdade de contratar seus serviços com particulares, instituições, órgãos governamentais etc, contanto que este contrato ou acordo não contrarie os princípios aqui definidos e tendo a liberdade de escolha do critério técnico e filosófico de restauro, que julgar mais adequado à obra
19. O estabelecimento da remuneração por um trabalho a ser realizado deve ser justo, tendo em vista o respeito ao proprietário ou responsável legal e à profissão. Para estabelecer um preço é correto considerar:
 - tempo e mão de obra necessários
 - custo do material a ser empregado

- despesas fixas
 - custos de análises científicas e pesquisas históricas
 - custo de seguro (se houver)
 - grau de dificuldade do tratamento a ser executado
 - riscos pessoais e insalubridade
 - problemas advindos do tratamento de objeto de excepcional valor
 - despesas com embalagem e/ou transporte
 - preço de mercado para trabalhos semelhantes
 - periodicidade do serviço: permanente ou esporádico.
1. A situação financeira do proprietário não justifica a elevação do preço em relação ao trabalho executado.
 2. O conservador-restaurador não deve supervalorizar nem desvalorizar seus serviços. A peculiaridade de cada caso impede o estabelecimento de tabelas de padronização de tarifas a serem cobradas.
 3. Alterações no custo de um serviço contratado, bem como modificações no tratamento previsto, só podem ser feitas com o conhecimento e aquiescência do proprietário ou responsável legal.
 4. O conservador-restaurador deve ter em mente que o proprietário ou responsável legal é livre para selecionar, sem influências ou pressões, o serviço do restaurador ou restauradores de sua confiança e com a mesma liberdade trocar de um para outro. Entretanto, uma vez o serviço contratado verbalmente ou por escrito, nenhuma das partes pode eticamente romper este contrato, a não ser de comum acordo.
 5. Tendo em vista que raramente o proprietário tem suficiente conhecimento para julgar o que se faz necessário para a conservação da obra que possui, o conservador-restaurador deve com sinceridade e honestidade expor o tratamento que considera adequado ao caso. Pela mesma razão deve se negar a realizar ações que sejam requisitadas, mas que possam por em risco, desfigurar, ou comprometer a integridade e autenticidade da obra.
 6. O conservador-restaurador deve informar o proprietário ou responsável legal sobre os meios adequados para a sua manutenção futura, incluindo questões referentes ao transporte, manuseio, armazenagem e exposição.
 7. Uma vez solicitado a executar um trabalho, o conservador-restaurador deve estabelecer um prazo aproximado para término e devolução da obra, e fazer o possível para respeitá-lo.
 8. Mesmo considerando que o conservador-restaurador empregue o máximo de seus conhecimentos e de sua habilidade para conseguir os melhores resultados no tratamento de uma obra, não seria excessivo o fornecimento de garantia pelo serviço realizado. Isto, entretanto, não impede que o

mesmo se prontifique a corrigir alterações não previstas ou prematuras que possam ocorrer, desde que estejam observadas as recomendações de conservação mencionadas no “item nº25” deste documento, sem que para isto cobre remuneração extra.

9. O conservador-restaurador é obrigado a manter confidencialidade profissional. Sempre que queira fazer referência a um bem cultural deve obter o consentimento do proprietário ou legal responsável, salvo para fins didáticos ou científicos.

4. Relação com o público

10. O conservador-restaurador deve usar as oportunidades que se apresentarem para esclarecer o público sobre as práticas de preservação e as razões e meios da restauração.
11. O conservador-restaurador, quando solicitado, deve prestar esclarecimentos e dar conselhos àqueles que forem vítimas de práticas negligentes ilegais ou antiéticas, salvaguardando a honorabilidade da profissão.
12. Fazer “expertise” ou autenticação remunerada não é considerada atividade apropriada ou ética para um conservador-restaurador, embora seu trabalho de exame e restauração de uma obra o tornem habilitado a contribuir para o conhecimento de sua história e autenticidade.
13. Propaganda feita através de jornais, revistas etc, não é condenável desde que não envolva comparação de habilidades ou preços com outros profissionais.

5. Relação com colegas e com a profissão

14. O conservador-restaurador deve manter um espírito de respeito aos colegas e à profissão.
15. O conservador-restaurador deve, dentro dos limites do seu conhecimento, competência, tempo e meios técnicos, participar da formação de estagiários e assistentes. Os direitos e objetivos do instrutor e do aprendiz devem ser claramente estabelecidos por ambos, que firmarão um acordo formal, do qual constarão itens como remuneração, duração do treinamento e áreas de abrangência do mesmo. Do certificado a ser emitido devem constar nome da instituição e do responsável pelo curso ou estágio, conteúdo do aprendizado e carga horária. O conservador-restaurador é responsável pela supervisão do trabalho realizado pelos assistentes e

estagiários, devendo responsabilizar-se igualmente pelo resultado deste trabalho.

16. O conservador-restaurador contribuirá, compartilhando suas experiências e conhecimentos, com os colegas de profissão. O criador de novos métodos de tratamento ou novos materiais prestará esclarecimentos sobre a composição e as propriedades de todos os materiais e técnicas empregadas, salvaguardados os direitos de patentes de propriedade do criador. Os registros relativos à conservação e restauração pelos quais o conservador-restaurador é responsável são a sua propriedade intelectual.
17. O conservador-restaurador não deve dar referências ou recomendação de uma pessoa candidata a um posto de profissional a não ser que esteja absolutamente seguro do treinamento, experiência e habilidade que a qualifiquem para tal.
18. Se no decorrer de um tratamento o restaurador se defrontar com problemas que lhe suscitem dúvidas ou incertezas, este deve, sem hesitação e apoiado pelos preceitos da ética profissional, recorrer a outro colega que o auxilie na solução do problema.
19. É considerado anti-ético dar comissão a outro conservador ou qualquer outra pessoa pelo encaminhamento ou recomendação de um cliente. A divisão de remuneração só é aceitável quando existe a divisão de tarefas.
20. Nenhum membro de qualquer uma das associações profissionais da área pode emitir parecer ou falar em nome destas, a não ser quando para isto designado por votação efetuada em reunião da diretoria e/ou instâncias apropriadas de cada associação.
21. Caso surjam situações não mencionadas neste documento, o conservador-restaurador deverá consultar-se com as associações representativas da categoria.

O presente texto foi elaborado a partir dos Códigos do *International Council of Museums* - ICOM, do *American Institute of Conservation* - AIC, do *European Federation of Conservator-Restorers' Organizations* – ECCO e de DUVIVIER, Edna May de A, **Código de Ética: um enfoque preliminar**, in: Boletim da Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais – ABRACOR, Ano VIII, N. 1 – Julho/1988, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Disponível na ABRACOR, por solicitação, através do Ce. abracor@abracor.com.br

Bibliografia

1. BAEZ, F. *História Universal da destruição de livros: das tábuas numéricas a Guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 438p.
2. BOITO, C. *Os restauradores*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 63p.
3. BOMENY, H. “*Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo*”. In Padolfi, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p.137-166.
4. BRANDI, C. *Teoria da Restauração*. São Paulo: Ateliê: Ateliê, 2004. 261p.
1. BURGI, S. *Organização e preservação de acervos fotográficos*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2001. Disponível em: <<http://www.ims.com.br>>. Acesso em: 06 out. 2007.
2. CADERNO Técnico: Administração de emergência. In. *Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. Disponível em www.cpba.net. Acesso em 06 out. 2007.
7. CALLOL, M. V., CARBÓ, M. T. V. *Uma mirada hacia la conservación preventiva del patrimonio cultural*. Universidade Politécnica de Valencia, Editorial. UPV, 248p.
8. CARVALHO, C. S. R. *O espaço como elemento de preservação dos acervos como suporte em papel*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998. 43p.
9. CARVALHO, Gilberto Villar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807 – 1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.
10. CHOAY, F. *A Alegoria do Patrimônio*; 3º ed. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006. 288 p.

11. CLAPP, A. F. *Curatorial care of works of art on paper*. Nova York: Lyons & Burford, 1987. 191p.
12. CUNHA, G.D.M., *Conservation of library materials*. Nova York: Screwcrow Press, 1971.
13. FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – IPHAN, 2005. 294p.
14. GOMES, A. de C. *A guardiã da Memória*. Acervo. Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, V. 9, nº 12, p.17 – 30, jan. / dez. 1996.
15. GONÇALVES, J. R. S. *A retórica da perda: os discursos do Patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro : Ed. Da UFRJ; IPHAN, 2002.147p.
- 16.-. *O Patrimônio como categoria de pensamento*, In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.) *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.21 – 30.
17. HERKENHOFF, P. *Biblioteca Nacional: a história de uma coleção*. 2.ed. Rio de Janeiro: Salamdra, 1997. 263p.
18. HORCADES, Carlos M. *A evolução da escrita: história ilustrada*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2007.152p.
19. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL (BRASIL), *Cartas patrimoniais*. 3º ed. rev. aum – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, 408p.
20. KATZENSTEIN, U. E. *A origem do livro: da idade da pedra ao advento da impressão tipografia no Ocidente*. São Paulo: Hucitec, 1986.455p.
21. LE GOFF, J. Documento/monumento. In: ENCICLOPÉDIA einaudi. [Lisboa]: Impr. Nacional-Casa da Moeda, 1997.v.1,p.95-106.
22. LEMOS, C. A . C. *O que é patrimônio histórico*. Editora brasiliense, 1987.115p.
23. MARTINS, W. *A palavra escrita: história do Livro, da imprensa e da biblioteca*. 3.ed. Ática, 2002. 519 p.

24. MORAES, R. B. de. *O Bibliófilo Aprendiz*. 4º ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros: Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 207 p.
25. OLIVEIRA, L. L. *Cultura e Patrimônio: Um guia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008. 192 p.
26. PEDERSOLI JR, José Luis *Oficina sobre gerenciamento de riscos ao Patrimônio Cultural*, realizada no Museu José Hipólito da Costa, Porto Alegre – RS, Setembro de 2009. Patrocinada pelo ICCROM – The International Center for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property / Roma – Itália. Disponível em <http://www.abracor.com.br/novosite>.
27. POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudo Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p.3-15.
3. SCHÄEFER, S. *Desinfestação com métodos alternativos atóxicos e manejo integrado de Pragas (MIP) em museus, arquivos, e acervos e armazenamento de objetos e atmosfera modificada*. Disponível em: <http://www.aber.org.br>. Acesso em: 06 out. 2006.
29. SCHWARCZ, L. M. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa a independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 554 p.
30. SILVA, S. C. A. *Algumas reflexões sobre preservação de acervos e bibliotecas*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998. 36 p.
31. VIOLLET-LE-DUC, E. E. *Restauração*. São Paulo: Ateliê, 2000. 70 p.

8 Manuais Técnicos

1. ABREU, Ana Lúcia de. *Acondicionamento e Guarda de Acervos Fotográficos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. 187 p.
2. BECK, I. et. al. *Manual de preservação de documentos*. 2.ed. ampl. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991. 75 p.
3. BURKE, R. B.; ADELOVE, S. *Manual de segurança básica de museus* . Rio de Janeiro: Fundação Escola Nacional de Seguros ; Fundação Pró-Memória, 1988.180 p.
1. CASTRO, A. L. C. . *Manual de desastres humanos – III parte, de Natureza biológica*, 1º volume, 2004. <http://www.defesacivil.gov.br>. Acesso em: 06 Out. 2007.
5. França. Ministério da Cultura e Meio Ambiente. Direção dos Museus. *Prevenção e segurança nos museus* . Rio de Janeiro: Associação de Membros do ICOM, Comitê Técnico Consultivo de Segurança, 1978 . 216 p.
6. MCILWAINE, John. *IFLA Disaster preparedness and planning: a brief manual*. Paris: IFLA, 2006. 84 p.
1. PROTEÇÃO e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: Fundação Pró-Memória, 1980. 196 p.
6. SPINELLI JÚNIOR, J. *Conservação de acervos bibliográficos e documentais*. Rio de Janeiro: FBN, 1997. 90 p. Disponível em www.bn.br/preservacao. Acesso em 06 out. 2007. 90 p.

9 Páginas na Web :

- 1) <http://www.bn.br/preservacao>
- 2) <http://www.abracor.com.br/novosite>
- 3) <http://www.cecior.eba.ufmg.br>
- 4) <http://www.ifla.org>
- 5) <http://www.clir.org>
- 6) <http://www.iccrom.org>
- 7) <http://www.cac-accr.ca>
- 8) <http://www.getty.edu/conservation>
- 9) <http://www.casaruibarbosa.com.br>
- 10) <http://www.escudoazul.arquivonacional.gov.br>
- 11) <http://www.bn.br>
- 12) <http://www.dimic.bn.br>

